

350

QUESTÕES COMENTADAS

QUESTÕES PARA DETRAN-SP

AB055-19

OBRA

350 Questões Comentadas - Detran-SP

AUTORES

Língua Portuguesa - Prof^a Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Matemática e Raciocínio Lógico-matemático - Prof^a Evelise Leiko Uyeda Akashi

Noções de Informática - Prof^o Ovidio Lopes da Cruz Netto

Noções de Direito Constitucional - Prof^a Bruna Pinotti Garcia

Noções de Direito Administrativo - Prof^a Bruna Pinotti Garcia

Código de Trânsito Brasileiro - Prof^o Fernando Paternostro Zantedeschi

Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) - Prof^o Fernando Paternostro Zantedeschi

PRODUÇÃO/ASSESSORIA

Mari de Barros

Juliana Pivotto

DIAGRAMAÇÃO

Willian Lopes

CAPA

Joel Ferreira dos Santos

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA

Ortografia.....	1
Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação	3
Vozes do verbo	5
Classes de palavras: substantivo, adjetivo, artigo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção: emprego e sentido que imprimem às relações que estabelecem	5
Concordância verbal e nominal.....	6
Regência nominal e verbal	10
Ocorrência de crase	10
Pontuação. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).....	12
Compreensão de texto	13

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Números inteiros e racionais: operações (adição, subtração, multiplicação, divisão, potenciação); expressões numéricas; múltiplos e divisores de números naturais; problemas. Frações e operações com frações	1
Números e grandezas proporcionais: razões e proporções; divisão em partes proporcionais; regra de três; porcentagem e problemas	2
Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.....	7
Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos	10
Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas	14

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Conceitos fundamentais de internet, intranet e redes de computadores.....	1
Conceitos e modos de utilização de sistemas operacionais Windows 7	1
Conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ferramentas, aplicativos e procedimentos de informática. Conceitos e modos de utilização de aplicativos para edição de textos, planilhas e apresentações utilizando-se a suíte de escritório Microsoft Office 2010 e LibreOffice 5 ou superior	6

SUMÁRIO

Noções básicas de ferramentas e aplicativos de navegação (Google Chrome, Firefox e Internet Explorer) e correio eletrônico (Webmail e Microsoft Outlook 2010).....	16
Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook e Mozilla Thunderbird); Sítios de busca e pesquisa na internet; Computação na nuvem (cloud computing).....	16

DIREITO CONSTITUCIONAL

Dos princípios fundamentais da República Federativa do Brasil. Dos Direitos e Garantias Fundamentais.....	1
Da Organização do Estado: Da Organização Político-Administrativa; Da União; Dos Estados Federados; Dos Municípios; Do Distrito Federal e dos Territórios; Da Administração Pública (Disposições Gerais; Dos Servidores Públicos).....	2
Da Organização dos Poderes: Do Poder Legislativo; Do Poder Executivo; Do Poder Judiciário (Disposições Gerais; Do Supremo Tribunal Federal; Do Superior Tribunal de Justiça; Dos Tribunais Regionais Federais e dos Juízes Federais; Dos Tribunais e Juízes Eleitorais; Dos Tribunais e Juízes dos Estados); Das Funções Essenciais à Justiça.....	5
Das Finanças Públicas: normas gerais; orçamentos. Da Ordem Econômica e Financeira: dos Princípios Gerais da Atividade Econômica.....	7

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos. Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder. Serviços públicos: conceito, regime jurídico, princípios, titularidade e competência. Delegação: concessão, permissão e autorização.....	1
Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação. Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).....	2
Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação. Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos. CLT: empregado e empregador, anotações na CTPS, duração do trabalho, períodos de descanso, trabalho noturno, teletrabalho, férias anuais, dano extrapatrimonial, contrato individual do trabalho, remuneração e rescisão.....	4
Processo administrativo (Lei estadual nº 10.177/1998): artigos 1º ao 36. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado. Lei nº 8.429/1992: disposições gerais; atos de improbidade administrativa. Licitações e Contratos da Administração Pública - Lei nº 8.666/1993 (com alterações posteriores). Lei n.º 10.520/2002.....	6

SUMÁRIO

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Código de Trânsito Brasileiro: Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997
com alterações até a data de publicação do edital.....1

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

Resoluções do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN) e suas alterações até a data de
publicação do edital: 04/1998; 14/1998; 18/1998; 168/2004; 254/2007; 277/2008; 292/2008;
300/2008; 303/2008; 304/2008; 349/2010; 357/2010; 358/2010; 360/2010; 432/2013; 453/2013;
466/2013; 541/2015; 561/2015; 619/2016; 623/2016; 670/2017 e 723/2018.....1

GABARITO COMENTADO

Gabarito Comentado.....1

LÍNGUA PORTUGUESA

Sobre a Autora

Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco

Professora Zenaide Auxiliadora Pachegas Branco
Graduada pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de
Adamantina. Especialista pela Universidade Estadual Paulista
– Unesp

ORTOGRAFIA

1. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOLDADO PM 2.ª CLASSE – VUNESP/2017)

3 maneiras de melhorar sua memória comprovadas pela ciência

Está se sentindo esquecido? Vale testar as dicas que separamos, baseadas na ciência, para recuperar o controle sobre sua memória. Primeiro, associe suas memórias com objetos físicos. Você já deve ter passado por este problema: acabou de ser apresentado a alguém e, assim que a pessoa vira as costas, já esqueceu como ela se chama. Acontece – mas é extremamente embaraçoso precisar perguntar o nome dela novamente. A dica é associar o nome a algum objeto. Por exemplo, se você acabou de conhecer a Giovana e ela estava próxima a uma janela, pense nela como a Giovana da Janela.

Segundo, não memorize apenas por repetição. Ao ver ou participar de apresentações, você deve ter sentido isto: é muito claro quando alguém apenas decorou o que devia falar. Mas basta acontecer alguma mudança no roteiro para que a pessoa se perca. Memorizar algo de fato depende de compreensão. Então, ao pensar em falas e apresentações, tente entender o conceito todo ao redor do que você está falando. Pesquisas mostram que apenas a repetição automática pode até impedir que você entenda o que está expondo.

Terceiro, rabisque! Estudos indicam que rabiscar enquanto “ingerimos” informações não visuais (em aulas, por exemplo) aumenta a capacidade de nossa memória. Uma pesquisa de 2009 mostrou que pessoas que rabiscavam enquanto ouviam uma lista de nomes lembravam 29% a mais os nomes ditos. (Luciana Galastri. Revista Galileu, 03.02.2015. <http://revistagalileu.globo.com>. Adaptado)

Um sinônimo para o vocábulo destacado em “Pesquisas mostram que apenas a repetição automática pode até impedir que você entenda o que está expondo.” é:

- a) talvez.
- b) irremediavelmente.
- c) coincidentemente.
- d) inclusive.
- e) com certeza.

2. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOLDADO PM 2.ª CLASSE – VUNESP/2017)

As aspas em – Estudos indicam que rabiscar enquanto “ingerimos” informações não visuais... (4.º parágrafo) – sinalizam que o vocábulo ingerimos está empregado com sentido

- a) figurado, equivalendo a “transmitimos verbalmente”.
- b) figurado, equivalendo a “assimilamos mentalmente”.
- c) próprio, equivalendo a “engolimos facilmente”.
- d) figurado, equivalendo a “captamos equivocadamente”.
- e) próprio, equivalendo a “devoramos avidamente”.

3. (PM-SP - SOLDADO DE 2.ª CLASSE – VUNESP-2017)

Leia o texto de Drauzio Varella.

Passei dois anos escrevendo o livro que acabo de terminar. A tarefa não foi realizada em tempo integral, mas nos momentos livres que ainda me restam.

Há escritores que precisam de silêncio, solidão e ambiente adequado para a prática do ofício. Se fosse esperar por essas condições, teria demorado 20 anos para publicá-lo, tempo de vida de que não disponho, infelizmente. Por força da necessidade, aprendi a escrever em qualquer lugar em que haja espaço para sentar com o computador. Por exemplo, nas salas de embarque durante as viagens de bate e volta que sou obrigado a fazer. Consigo me concentrar apesar das vozes esganiçadas que anunciam os voos, os atrasos, as trocas de portões, a ordem nas filas, os nomes dos retardatários.

Mal o avião levanta voo, puxo a mesinha e abro o computador. Estou nas nuvens, às portas do paraíso celestial.

O telefone não vai tocar, ninguém me cobrará o texto que prometi, a presença na palestra para a qual fui convidado, os e-mails atrasados.

Minha carreira de escritor começou com “Estação Carandiru”, publicado quando eu tinha 56 anos. Foi tão grande o prazer de contar aquelas histórias, que senti ódio de mim mesmo por ter vivido meio século sem escrever livros.

A dificuldade vinha da timidez e da autocritica. Para mim, o que eu escrevesse seria fatalmente comparado com Machado de Assis, Gógol, Faulkner, Joyce, Pushkin, Turgenev ou Dante Alighieri. Depois do que disseram esses e outros gênios, que livro valeria a pena ser escrito?

A resposta encontrei em “On Writing”, livro que reúne entrevistas e textos de Ernest Hemingway sobre o ato de escrever. Em conversa com um estudante, Hemingway diz que, ao escritor de nossos tempos, cabem duas alternativas: escrever melhor do que os grandes mestres já falecidos ou contar histórias que nunca foram contadas.

De fato, se eu escrevesse melhor do que Machado de Assis, poderia recriar personagens como Dom Casmurro ou descrever com mais poesia o olhar de ressaca de Capitu.

Restava a outra alternativa: a vida numa cadeia com mais de 7.000 presidiários, na cidade de São Paulo, nas últimas décadas do século 20, não poderia ser descrita por Tchekhov, Homero ou pelo padre Antonio Vieira. O médico que atendia pacientes no Carandiru havia dez anos era quem reunia as condições para fazê-lo.

Seguindo o mesmo critério, publiquei outros livros. Às cotoveladas, a literatura abriu espaço em minha agenda.

Há escritores talentosos que se queixam dos tormentos e da angústia inerentes ao processo de criação. Não é o meu caso, escrever só me traz alegria.

Diante da tela do computador, fico atrás das palavras, encontro algumas, apago outras, corrijo, leio e releio até sentir que o texto está pronto. Às vezes, ficou melhor do que eu imaginava. Nesse momento sou invadido por uma sensação de felicidade plena que vai e volta por vários dias. (www.folha.uol.com.br, 13.05.2017. Adaptado)

A palavra destacada em – Há escritores talentosos que se queixam dos tormentos e da angústia inerentes ao processo de criação. Não é o meu caso, escrever só me traz alegria. (10.º parágrafo) – é empregada com o sentido de

- a) intrínsecos.
- b) inadequados.
- c) alheios.
- d) diversos.
- e) acrescidos.

4. (PM-SP - SOLDADO DE 2.ª CLASSE – VUNESP-2017)

Verifica-se o emprego de palavras com sentido figurado em:

- a) Consigo me concentrar apesar das vozes esganiçadas... (3.º parágrafo)
- b) ... aprendi a escrever em qualquer lugar em que haja espaço para sentar com o computador. (3.º parágrafo)
- c) Seguindo o mesmo critério, publiquei outros livros. (10.º parágrafo)
- d) Às cotoveladas, a literatura abriu espaço em minha agenda. (10.º parágrafo)
- e) Há escritores que precisam de silêncio, solidão e ambiente adequado para a prática do ofício. (2.º parágrafo)

5. (PM-SP - SOLDADO DE 2.ª CLASSE – VUNESP-2017)

Viagem

O sono é uma viagem noturna:
o corpo horizontal no escuro
e, no silêncio do trem, avança,
imperceptivelmente avança... Apenas
o relógio picota a passagem do tempo.
Sonha a alma deitada no seu ataúde*:
lá longe
lá fora
no fundo do túnel,
há uma estação de chegada
(anunciam-na os galos agora)
há uma estação de chegada com a sua tabuleta
[ainda toda orvalhada...]

Há uma estação chamada...
AURORA!

(Mario Quintana. Baú de espantos, 2006)

* ataúde: caixão, esquife.

No poema, o sono é comparado a uma viagem e, também,

- a) a um lugar tumultuado, o que se comprova em: "há uma estação de chegada".
- b) à chuva fina, o que se comprova em: "sua tabuleta ainda toda orvalhada".
- c) a um relógio mecânico, o que se comprova em: "o relógio picota a passagem do tempo".
- d) ao dia ensolarado, o que se comprova em: "AURORA!"
- e) à morte, o que se comprova em: "Sonha a alma deitada no seu ataúde".

6. (PM-SP - SOLDADO DE 2.ª CLASSE – VUNESP-2017)

No 11.º verso – (anunciam-na os galos agora) – a palavra em destaque sinaliza

- a) o princípio da noite.
- b) o momento de despertar.
- c) a hora mais silenciosa da noite.
- d) a quietude própria do sono.
- e) o ponto de partida da viagem.

7. (IPSM-SP - ASSISTENTE DE GESTÃO MUNICIPAL - VUNESP-2018)

Para se alfabetizar de verdade,
Brasil deve se livrar de algumas ideias tortas

Meses atrás, quando falei aqui do livro de Zinsser, um leitor deixou o seguinte comentário: "É de uma pretensão sem tamanho, a vaidade elevada ao maior grau, o sujeito se meter a querer ensinar os outros a escrever".

Pois é. Muita gente acredita que, ao contrário de todas as demais atividades humanas, da música à mecânica de automóveis, do macramê à bocha, a escrita não pode ser ensinada. Por quê?

Porque é especial demais, elevada demais, dizem alguns. É o caso do leitor citado, que completou seu comentário com esta pérola: "Saber escrever é uma questão de talento, quem não tem, não vai nunca aprender..."

Há os que chegam à mesma conclusão pelo lado oposto, a ilusão de que toda pessoa alfabetizada domina a escrita, e o resto é joguinho de poder espúrio.

Talento literário é raro mesmo, mas não se trata disso. Também não estamos falando só de correção gramatical e ortográfica, aspecto que será cada vez mais delegado à inteligência artificial.

Estamos falando de pensamento. Escrever com clareza e precisão, sem matar o leitor de confusão ou tédio, é uma riqueza que deve ser distribuída de forma igualitária por qualquer sociedade que se pretenda civilizada e justa.

(Sérgio Rodrigues. Folha de S.Paulo, 07.12.2017)

No texto, a passagem cujo termo em destaque exemplifica uso de linguagem figurada é:

- a) "É de uma pretensão sem tamanho, a vaidade elevada ao maior grau...".
- b) Porque é especial demais, elevada demais, dizem alguns.
- c) É o caso do leitor citado, que completou seu comentário com esta pérola...
- d) ... a ilusão de que toda pessoa alfabetizada domina a escrita...
- e) ... aspecto que será cada vez mais delegado à inteligência artificial.

PRONOMES: EMPREGO, FORMAS DE TRATAMENTO E COLOCAÇÃO

8. (TST - TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - FCC/2012)

Substituindo-se os elementos grifados em segmentos do texto, com os ajustes necessários, ambos os pronomes foram empregados corretamente em:

- como posicionar os braços /alcançar os melhores resultados = como posicioná-los / alcançar-lhes
- não encontraremos maestria /negligenciarmos as habilidades = não encontraremos-la / negligenciarmos-nas
- especialistas dão instruções /como utilizar uma raquete = especialistas dão-nas / como utilizá-la
- superar obstáculos exteriores /atingir uma meta externa = superar-nos / atingi-la
- não acrescentem novos troféus / elas trazem recompensas = não lhes acrescentem / elas as trazem

9. (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO – FCC – 2017) O segmento destacado está substituído, segundo a norma-padrão da língua, por um pronome em:

- Ele viu o jogo... // Ele o viu...
- Basta comparar os tapes dos referidos gols. // Basta lhes comparar.
- ... ele pega a bola... // ... ele lhe pega...
- ... desejo fazer uma grave denúncia... // ... desejo fazer-lhe...
- ... querem receber autorais... // ... querem o receber...

10. (TRE – PR - TÉCNICO JUDICIÁRIO – MÉDIO - FCC – 2017) A substituição do elemento sublinhado pelo pronome correspondente, com os necessários ajustes no segmento, foi realizada de acordo com a norma padrão em:

- quem considera o amor abstrato = quem lhe considera abstrato
- consideram o amor algo ingênuo e pueril = consideram-lhe algo ingênuo e pueril
- parece que inviabiliza o amor = parece que inviabiliza-lhe
- o ressentimento é cego ao amor = o ressentimento lhe é cego
- o amor não vê a hipocrisia = o amor não lhe vê

11. (POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO - SOLDADO PM 2.ª CLASSE – VUNESP/2017)

Autobiografia e memória

Rita Lee acaba de publicar um livro delicioso, que chamou de Uma autobiografia. É uma narrativa, na primeira pessoa, de sua vida como mulher e cantora, escrita com humor e franqueza incomuns em artistas brasileiros do seu porte.

Exemplos. Foi presa grávida e salva por Elis Regina de abortar. Teve LPs lançados com faixas riscadas a tesoura pela Censura. É um apanhado e tanto, com final feliz. Mas será uma “autobiografia”? Supõe-se que uma autobiografia seja uma biografia escrita pela própria pessoa, não? E será, mas só se ela usar as armas de um biógrafo, entre as quais ouvir um mínimo de 200 fontes de informações. Na verdade, a “autobiografia”, entre nós, é mais uma memória, em que o autor ouve apenas a si mesmo.

Não há nenhum mal nisto, e eu gostaria que mais cantores publicassem suas memórias. Mas só uma biografia de verdade oferece o quadro completo. No livro de Rita, ela fala, por exemplo, de um show na gafeira Som de Cristal, em 1968, com os tropicalistas e astros da velha guarda. Na passagem de som, à tarde, Sérgio e Arnaldo, “intencionalmente, ligaram os instrumentos no volume máximo, quase explodindo os vidros da gafeira”, e o veterano cantor Vicente Celestino “lá presente, teve um piripaque”. Fim.

Uma biografia contaria o resto da história – que Celestino foi para o Hotel Normandie, a fim de se preparar para o show, e lá teve o infarto que o matou.

(Ruy Castro. Folha de S.Paulo, 26.11.2016. Adaptado)

Assinale a alternativa em que o trecho está reescrito conforme a norma-padrão da língua, com a expressão em destaque corretamente substituída pelo pronome.

- ... mas só se ela usar as armas de um biógrafo... (3.º parágrafo) → ... mas só se ela usar-las...
- ... gostaria que mais cantores publicassem suas memórias. (4.º parágrafo) → ... gostaria que mais cantores publicassem-as.
- Rita Lee acaba de publicar um livro delicioso... (1.º parágrafo) → Rita Lee acaba de publicar-lhe ...
- Mas só uma biografia de verdade oferece o quadro completo. (4.º parágrafo) → Mas só uma biografia de verdade oferece-lo.
- ... ligaram os instrumentos no volume máximo... (4.º parágrafo) → ... ligaram-nos no volume máximo...

12. (PM-SP - SOLDADO DE 2.ª CLASSE – VUNESP-2017-ADAPTADA) Assinale a alternativa em que o trecho está reescrito conforme a norma-padrão da língua portuguesa, com a expressão destacada substituída pelo pronome correspondente.

- ... o prazer de contar aquelas histórias... → ... o prazer de contar-nas...
- ... meio século sem escrever livros. → ... meio século sem escrevê-los.

- c) ... puxo a mesinha... → ... puxo-lhe...
- d) ... livro que reúne entrevistas e textos de Ernest Hemingway... → ... livro que reúne-as...
- e) O médico que atendia pacientes... → O médico que lhe atendia...

13. (IPSM-SP - ASSISTENTE DE GESTÃO MUNICIPAL - VUNESP-2018) Assinale a alternativa correta quanto à colocação pronominal, de acordo com a norma-padrão.

- a) Talento literário é raro mesmo, e onde vivemos é comum ouvir que dificilmente encontramos-lo por aí.
- b) Escrever com clareza e precisão é uma riqueza e esta deve-se distribuir de forma igualitária numa sociedade.
- c) Me disse um leitor que eu tinha pretensão sem tamanho, ao comentar o que falei sobre o livro de Zinsser.
- d) Hoje se entende que só correção gramatical e ortográfica não são qualidades suficientes para uma boa escrita.
- e) Poderia-se dizer que a escrita, ao contrário de todas as demais atividades humanas, não pode ser ensinada?

14. (PREFEITURA MUNICIPAL DE MOGI DAS CRUZES-SP - AUXILIAR DE APOIO ADMINISTRATIVO - VUNESP-2018) Assinale a alternativa correta quanto à norma-padrão de colocação pronominal.

- a) Se pensava que a concentração de renda no topo da pirâmide brasileira fosse menor.
- b) Havia um problema ruim no Brasil e, para piorar, recentemente descobrimo-lo.
- c) Os dados do IR e do PIB mostram-se chocantes, pois eles revelam contrastes.
- d) Os mais ricos têm valido-se de outras fontes de renda, que não o salário recebido.
- e) As pessoas sabiam que, com os dados do IR e PIB, mudaria-se o número de ricos.

15. (CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO FERREIRA-SP - ASSESSOR DE IMPRENSA - VUNESP-2017) Quanto à colocação pronominal, as orações – Joel vestiu-se rapidamente... –; – As noites se sucediam, estreladas. – e – Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais falou. – estão reescritas, correta e respectivamente, em:

- a) Rapidamente se vestiu Joel... / Sucediã-m-se, estreladas, as noites. / Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais a falou.
- b) Se vestiu Joel rapidamente... / As noites, estreladas, sucediã-m-se. / Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais falou-a.
- c) Joel, rapidamente, se vestiu... / Se sucediã-m as noites, estreladas. / Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais a falou.

- d) Vestiu-se, rapidamente, Joel... / Sucediã-m-se, estreladas, as noites. / Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais falou-a.
- e) Joel rapidamente vestiu-se... / Estreladas, se sucediã-m as noites / Achou bonita esta frase [...]. Depois, nunca mais falou-a.

16. (CÂMARA MUNICIPAL DE VALINHOS-SP - ASSISTENTE ADMINISTRATIVO / ASSISTENTE DE ALMOXARIFE ASSISTENTE DE PROTOCOLO / OFICIAL DE GABINETE / SERVIÇOS GERAIS - VUNESP-2017) A Rede de Cidades Criativas da Unesco, que prestigia profissionais pelo trabalho significativo que exercem em determinadas áreas, conta com cinco brasileiros. O pronome que substitui corretamente a palavra destacada e está adequadamente colocado na frase encontra-se em:

- a) ... que prestigia-lhes...
- b) ... que prestigia-os...
- c) ... que prestigia-nos...
- d) ... que lhes prestigia...
- e) ... que os prestigia...

17. (IPRESB-SP - AGENTE PREVIDENCIÁRIO - VUNESP-2017) O termo “boko moko” foi criado para rotular as pessoas de cafona porque não tomavam a tal bebida. Os pronomes que substituem corretamente as expressões destacadas e estão adequadamente colocados na frase encontram-se na alternativa:

- a) O termo “boko moko” foi criado para rotulá-las de cafona porque não tomavam-na.
- b) O termo “boko moko” foi criado para rotulá-las de cafona porque não a tomavam.
- c) O termo “boko moko” foi criado para as rotular de cafona porque não lhe tomavam.
- d) O termo “boko moko” foi criado para rotular-lhes de cafona porque não tomavam-na.
- e) O termo “boko moko” foi criado para lhes rotular de cafona porque não a tomavam.

18. (TCE-SP - AGENTE DA FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO - VUNESP-2017)

_____ que a geração solar foi a que mais cresceu entre as energias renováveis. Embora _____ muito nesse tipo de energia, não _____ que todos os países têm a mesma preocupação com a questão.

De acordo com a norma-padrão, as lacunas da frase devem ser preenchidas, respectivamente, com:

- a) Vê-se ... se tenha investido ... se pode dizer
- b) Vê-se ... tenha investido-se ... pode dizer-se
- c) Se vê ... tenha-se investido ... pode-se dizer
- d) Vê-se ... tenha investido-se ... se pode dizer
- e) Se vê ... se tenha investido ... pode-se dizer

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Sobre a Autora

Evelise Leiko Uyeda Akashi

Engenheira de Alimentos pela Universidade Estadual de Maringá (UEM).

Graduanda em Matemática pelo Claretiano.

Especialista em Lean Manufacturing pela Pontifícia Universidade Católica (PUC).

**NÚMEROS INTEIROS E RACIONAIS:
OPERAÇÕES (ADIÇÃO, SUBTRAÇÃO,
MULTIPLICAÇÃO, DIVISÃO,
POTENCIAÇÃO); EXPRESSÕES
NUMÉRICAS; MÚLTIPLOS E DIVISORES
DE NÚMEROS NATURAIS; PROBLEMAS.
FRAÇÕES E OPERAÇÕES COM FRAÇÕES**

94. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)

Saí de casa com determinada quantia no bolso. Gastei, na farmácia, $\frac{2}{5}$ da quantia que tinha. Em seguida, encontrei um compadre que me pagou uma dívida antiga que correspondia exatamente à terça parte do que eu tinha no bolso. Continuei meu caminho e gastei a metade do que tinha em alimentos que doe para uma casa de apoio a necessitados. Depois disso, restavam-me 420 reais. O valor que o compadre me pagou é, em reais, igual a

- a) 105.
- b) 210.
- c) 315.
- d) 420.
- e) 525.

95. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)

Carlos, Ana e Gerson tabularam as respostas de uma pesquisa, realizada via questionário, que foi respondido pelos usuários de um determinado serviço municipal. Sabendo que Carlos tabulou um terço do total de questionários, Ana tabulou três quintos do que sobrou e Gerson, os 460 questionários restantes, a diferença entre os números de questionários tabulados por Ana e Gerson foi

- a) 210.
- b) 220.
- c) 230.
- d) 240.
- e) 250.

96. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) Se, numa divisão, o divisor e o quociente são iguais, e o resto é 10, sendo esse resto o maior possível, então o dividendo é

- a) 131.
- b) 121.
- c) 120.
- d) 110.
- e) 101.

97. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) Uma indústria produz regularmente 4500 litros de suco por dia. Sabe-se que a terça parte da produção diária é distribuída em caixinhas P, que recebem 300 mililitros de suco cada uma. Nessas condições, é correto afirmar que a cada cinco dias a indústria utiliza uma quantidade de caixinhas P igual a

- a) 25000.
- b) 24500.
- c) 23000.
- d) 22000.
- e) 20500.

98. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)

Participarão de um congresso 256 funcionários da empresa A, 416 funcionários da empresa B e 656 funcionários da empresa C. Esses funcionários serão divididos em grupos, de modo que, em cada grupo:

- haja o mesmo número de participantes;
- haja o maior número possível de participantes;
- sejam todos da mesma empresa. Divididos dessa maneira, o total de grupos obtidos será

- a) 48.
- b) 54.
- c) 75.
- d) 83.
- e) 96.

99. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)

Considere que, a cada 40 minutos, um ciclo de produção com 100 unidades de um produto P1 é encerrado; que, a cada 36 minutos, outro ciclo de produção com 300 unidades de um produto P2 é encerrado; e que, a cada 30 minutos, um terceiro ciclo de produção com 200 unidades de um produto P3 é também encerrado. Considere também que, em determinado instante t , iniciou-se cada ciclo de produção desses três produtos. Dessa forma, o número total de produtos produzidos até a primeira vez em que os três ciclos encerrarem, ao mesmo tempo, é

- a) 6200.
- b) 6300.
- c) 6400.
- d) 6500.
- e) 6600.

100. (IPSM – ANALISTA DE GESTÃO – VUNESP – 2018)

Com os 126 pirulitos e os 72 bombons que comprou, Vanessa pretende fazer saquinhos para revender, contendo pirulitos e bombons, cada um deles com o mesmo número x de pirulitos e y de bombons, sendo x e y os menores números possíveis, de modo a não sobrar doces fora dos saquinhos. Sabendo que os preços de custo de cada pirulito e de cada bombom foram, respectivamente, R\$ 0,50 e R\$ 1,00, e que Vanessa quer ter lucro de 10 Uma empresa utiliza máquinas iguais, de mesmo rendimento, para produzir um único tipo de peça. do valor que ela gastou na compra desses produtos, cada saquinho deverá ser vendido por

- a) R\$ 8,10.
- b) R\$ 8,15.
- c) R\$ 8,20.
- d) R\$ 8,25.
- e) R\$ 8,30.

101. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) No depósito de uma loja de doces, há uma caixa contendo n bombons. Para serem vendidos, devem ser repartidos em pacotes iguais, todos com a mesma quantidade de bombons. Com os bombons dessa caixa, podem ser feitos pacotes com 5, ou com 6, ou com 7 unidades cada um, e, nesses casos, não faltará nem sobrá nenhum bombom. Nessas condições, o menor valor que pode ser atribuído a n é

- a) 280.
- b) 265.
- c) 245.
- d) 230.
- e) 210.

102. (IPRESB – SP – AGENTE PREVIDENCIÁRIO - VUNESP – 2017) Para a elaboração de um cronograma, que será fixado em um painel, uma folha retangular de cartolina deverá ser totalmente dividida em quadrados iguais, todos de mesmo tamanho, de modo que o quadriculado preencha totalmente a área da folha. Sabendo-se que a folha tem 1,3 m de comprimento e 0,9 m de largura, e que os quadrados deverão ter a maior área possível, é correto afirmar que o número de quadrados obtidos será igual a

- a) 22.
- b) 60.
- c) 85.
- d) 100.
- e) 117.

103. (PREF. MARÍLIA – SP – AUXILIAR DE ESCRITA – VUNESP – 2017) José estuda japonês a cada 4 dias e estuda francês a cada 6 dias. No dia 20 de outubro de 2017, ele estudou essas duas línguas. Desse dia até o último dia do ano de 2017, o número de vezes que José terá estudado, no mesmo dia, francês e japonês, incluindo o dia 20 de outubro, é

- a) 5.
- b) 6.
- c) 7.
- d) 8.
- e) 9.

104. (PREF. MARÍLIA – SP – AUXILIAR DE ESCRITA – VUNESP – 2017) Uma escola possui 96 alunos no 1º ano, 60 alunos no 2º ano e 72 alunos no 3º ano. Esses alunos serão divididos em grupos com o mesmo número de alunos, formado apenas por alunos de um mesmo ano. Se cada grupo terá o maior número de alunos possível, o total de grupos formados será

- a) 16.
- b) 17.
- c) 18.
- d) 19.
- e) 20.

NÚMEROS E GRANDEZAS PROPORCIONAIS: RAZÕES E PROPORÇÕES; DIVISÃO EM PARTES PROPORCIONAIS; REGRA DE TRÊS; PORCENTAGEM E PROBLEMAS

105. (TJ - SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2018) Uma concessionária que vai recapear uma faixa de rolamento de uma pista em certa rodovia, em um trecho de x quilômetros, possui uma determinada quantidade y de balizadores refletivos disponíveis para a sinalização desse trecho e, com base nessa quantidade, constatou que, se colocar um número n de balizadores a cada quilômetro, precisará adquirir mais 40 unidades. Porém, se colocar $(n - 4)$ balizadores a cada quilômetro, sobrarão 20 unidades. Se a razão x/y é de 3 para 52, nessa ordem, então a quantidade de balizadores disponíveis para sinalizar o trecho a ser recapeado é igual a

- a) 230.
- b) 260.
- c) 350.
- d) 280.
- e) 330.

106. (IPSM – ASSISTENTE DE GESTÃO MUNICIPAL – VUNESP – 2018) Em um setor de reclamações relacionadas aos produtos A e B, verificou-se que a razão entre o número de reclamações do produto A e o número total de reclamações, recebidas em determinado dia, podia ser representada por $3/5$. Sabendo-se que o número de reclamações recebidas do produto B foi 18, o número total de reclamações recebidas, naquele dia, foi

- a) 40.
- b) 45.
- c) 50.
- d) 55.
- e) 60.

107. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) Com uma velocidade constante de 20 km/h, um ciclista dá uma volta completa na pista de um velódromo em 1 min 30 s. Nessas condições, é correto afirmar que a distância que corresponde a uma volta completa nessa pista é, em metros, igual a

- a) 400.
- b) 425.
- c) 450.
- d) 500.
- e) 550.

108. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) Para uma pesquisa, foram realizadas entrevistas nos estados da Região Sudeste do Brasil. A amostra foi composta da seguinte maneira:

- 2500 entrevistas realizadas no estado de São Paulo;
- 1500 entrevistas realizadas nos outros três estados da Região Sudeste.

Desse modo, é correto afirmar que a razão entre o número de entrevistas realizadas em São Paulo e o número total de entrevistas realizadas nos quatro estados é de

- a) 8 para 5.
- b) 5 para 8.
- c) 5 para 7.
- d) 3 para 5.
- e) 3 para 8.

109. (CÂMARA DE SUMARÉ – SP – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2017) Tadeu verificou a capacidade total de uma jarra, de uma garrafa e de um copo, e estabeleceu as seguintes relações comparativas entre as respectivas capacidades:

- uma jarra equivale a três garrafas;
 - uma jarra mais uma garrafa equivalem a oito copos.
- Pode-se concluir, então, que uma jarra equivale a

- a) 3 copos.
- b) 4 copos.
- c) 5 copos.
- d) 6 copos.
- e) 7 copos.

110. (IPRESB – SP – AGENTE PREVIDENCIÁRIO - VUNESP – 2017) A tabela, onde alguns valores estão substituídos por letras, mostra os valores, em milhares de reais, que eram devidos por uma empresa a cada um dos três fornecedores relacionados, e os respectivos valores que foram pagos a cada um deles.

Fornecedor	A	B	C
Valor pago	22,5	X	37,5
Valor devido	Y	40	z

Sabe-se que os valores pagos foram diretamente proporcionais a cada valor devido, na razão de 3 para 4. Nessas condições, é correto afirmar que o valor total devido a esses três fornecedores era, antes dos pagamentos efetuados, igual a

- a) R\$ 90.000,00.
- b) R\$ 96.500,00.
- c) R\$ 108.000,00.
- d) R\$ 112.500,00.
- e) R\$ 120.000,00.

111. (IPRESB – SP – AGENTE PREVIDENCIÁRIO - VUNESP – 2017) Mário e Nílson têm quantias diferentes, em dinheiro. Sabe-se que $\frac{2}{5}$ da quantia de Mário corresponde a $\frac{1}{3}$ da quantia de Nílson. Desse modo, é correto afirmar que a quantia total de Mário corresponde, da quantia total de Nílson, a

a) $\frac{8}{9}$

b) $\frac{5}{6}$

c) $\frac{2}{3}$

d) $\frac{5}{8}$

e) $\frac{3}{5}$

112. (PREF. MARÍLIA – SP – AUXILIAR DE ESCRITA – VUNESP – 2017) A razão entre o número de livros em inglês e o número de livros de português que André possui é de 4 para 5. Se André possui 30 livros a mais em português do que em inglês, o total de livros que ele possui nesses dois idiomas é

- a) 270.
- b) 280.
- c) 290.
- d) 300.
- e) 310.

113. (TJ - SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017) Sabe-se que 16 caixas K, todas iguais, ou 40 caixas Q, todas também iguais, preenchem totalmente certo compartimento, inicialmente vazio. Também é possível preencher totalmente esse mesmo compartimento completamente vazio utilizando 4 caixas K mais certa quantidade de caixas Q. Nessas condições, é correto afirmar que o número de caixas Q utilizadas será igual a

- a) 10.
- b) 28.
- c) 18.
- d) 22.
- e) 30.

114. (TST - TÉCNICO JUDICIÁRIO – SEGURANÇA JUDICIÁRIA – FCC - 2017) A equipe de segurança de um Tribunal conseguia resolver mensalmente cerca de 35% das ocorrências de dano ao patrimônio nas cercanias desse prédio, identificando os criminosos e os encaminhando às autoridades competentes. Após uma reestruturação dos procedimentos de segurança, a mesma equipe conseguiu aumentar o percentual de resolução mensal de ocorrências desse tipo de crime para cerca de 63%. De acordo com esses dados, com tal reestruturação, a equipe de segurança aumentou sua eficácia no combate ao dano ao patrimônio em

- a) 35%.
- b) 28%.
- c) 63%.
- d) 41%.
- e) 80%.

115. (TRT 11ª REGIÃO / AM - RR - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC - 2017) Em 2015 as vendas de uma empresa foram 60% superiores as de 2014. Em 2016 as vendas foram 40% inferiores as de 2015. A expectativa para 2017 é de que as vendas sejam 10% inferiores as de 2014. Se for confirmada essa expectativa, de 2016 para 2017 as vendas da empresa vão

- a) diminuir em 6,25%.
- b) aumentar em 4%.
- c) diminuir em 4%.
- d) diminuir em 4,75%.
- e) diminuir em 5,5%.

116. (TRT 24ª REGIÃO /MS - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO– FCC - 2017) Em uma pesquisa, perguntou-se a 500 pessoas: “Qual o canal da TV aberta que você mais assiste?”. Todas as pessoas responderam corretamente a pergunta, sendo que 225 disseram não assistir TV aberta, 110 responderam ser o canal 5, e 75 responderam ser o canal 4. A porcentagem das 500 pessoas que escolheram um determinado canal da TV aberta, mas que não tenha sido o 5 nem o 4, foi igual a

- a) 18%.
- b) 33%.
- c) 15%.
- d) 22%.
- e) 37%.

117. (TRT 24ª REGIÃO (MS) - ANALISTA JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC - 2017) Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir

- a) 80%.
- b) 100%.
- c) 90%.
- d) 75%.
- e) 50%.

118. (TRT 11ª REGIÃO/ AM - RR - TÉCNICO JUDICIÁRIO - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO– FCC - 2017)

O preço de um sapato, após um aumento de 15%, é R\$ 109,25. Se o preço do sapato não tivesse sofrido esse aumento de 15%, mas um aumento de 8%, a diferença, em reais, entre os preços do sapato com cada aumento seria de

- a) R\$ 7,65.
- b) R\$ 5,80.
- c) R\$ 14,25.
- d) R\$ 7,60.
- e) R\$ 6,65.

119. (TRE/SP - ANALISTA JUDICIÁRIO – CONTABILIDADE - FCC - 2017)

A aplicação de um capital, no valor de R\$ 900.000, em determinada instituição financeira, por um período de seis meses, foi resgatado pelo valor de R\$ 1.035.000. Considerando-se que o capital foi aplicado a juros simples, a taxa de juros ao mês foi de

- a) 2,5%.
- b) 0,15%.
- c) 3,0%.
- d) 2,0%.
- e) 4,0%.

120. (DPE/RS - ANALISTA - ADMINISTRAÇÃO – FCC - 2017)

Joaquim investiu em um fundo de investimento. Após um mês esse fundo havia se desvalorizado 10%. Joaquim quer retirar seu dinheiro do fundo quando houver uma valorização de 8% em relação ao que ele havia aplicado inicialmente. Para que isso aconteça é necessário que esse fundo valorize-se o equivalente a

- a) 28%.
- b) 20%.
- c) 25%.
- d) 22%.
- e) 18%.

121. (ARTESP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO – FCC - 2017)

Uma sala possui área de 50 m². Se um tapete ocupa 2.000 cm² da sua área, então, a porcentagem de área da sala não ocupada por esse tapete é igual a

- a) 97,5%.
- b) 60%.
- c) 99,6%.
- d) 4%.
- e) 96%.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Sobre o Autor

Ovidio Lopes da Cruz Netto

Doutorado e mestrado em Engenharia Biomédica, projeto que criou um software que facilita o aprendizado de crianças portadoras de síndrome de Down <www.ovidio.eng.br/nos-savida> e seu desenvolvimento social.

Pós-graduado em Engenharia de Software pela Universidade São Judas Tadeu, em 2008.

Formação de docentes para o Ensino Superior pela UNINOVE, em 2007.

Graduado em Engenharia da Computação pela UMC, em 2004.

Trabalha com educação desde o ano de 2003.

Tem vários cursos de Tecnologia Educacional, realizados no Brasil e também no exterior, como: Itália, Espanha, Malta, Costa Rica e Argentina.

Professor integrante do Banco de Avaliadores (BASis) do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) - INEP/MEC.

CONCEITOS FUNDAMENTAIS DE INTERNET, INTRANET E REDES DE COMPUTADORES

190. (QUESTÃO 46 – PMS – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2018) Na Internet, a função do _____ em uma URL é indicar que o site é seguro para navegação, ou seja, que será acessado utilizando um protocolo de transferência de hipertexto considerado seguro.

Assinale a alternativa contendo a informação que preenche corretamente a lacuna do enunciado.

- a) prefixo http://
- b) prefixo https://
- c) sufixo .edu.br
- d) sufixo .com.br
- e) sufixo .org.br

191. (QUESTÃO 30 – PMS – ENGENHEIRO CIVIL – VUNESP – 2018) Considere a imagem a seguir, extraída do Internet Explorer 11, em sua configuração padrão. A página exibida no navegador foi completamente carregada.



Ao pressionar o botão F5 do teclado, a página exibida será

- a) imediatamente fechada.
- b) enviada para impressão.
- c) atualizada.
- d) enviada por e-mail.
- e) aberta em uma nova aba.

CONCEITOS E MODOS DE UTILIZAÇÃO DE SISTEMAS OPERACIONAIS WINDOWS 7

192. (DPE-AM - ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA - ASSISTENTE TÉCNICO DE SUPORTE - FCC /2018)

Nos computadores podem ser encontrados diversos tipos de unidades de armazenamento de dados, que podem ser classificadas em função de suas características. São unidades classificadas como terciárias:

- a) Cache, EPROM.
- b) CD, Blu-ray.
- c) Disco rígido, ROM.
- d) Fita magnética, ROM.
- e) Pen drive, RAM.

193. (DPE-AM - ASSISTENTE TÉCNICO DE DEFENSORIA - ASSISTENTE TÉCNICO DE SUPORTE - FCC /2018)

O administrador de um computador com sistema operacional Windows 10 deve configurar o sistema utilizando os recursos da janela Configurações do Windows. Uma forma ágil de interagir com o Windows é por meio do atalho de teclado, sendo que para abrir a janela Configurações do Windows deve-se pressionar simultaneamente as teclas

- a) Windows+i.
- b) Windows+g.
- c) Windows+c.
- d) Windows+r.
- e) Windows+f.

194. (DPE-RS - TÉCNICO - INFORMÁTICA - FCC /2017)

Considere que na rotina de um dia de trabalho, solicitou-se a um Técnico de Informática realizar as seguintes atividades:

1. ativar o firewall de um computador com o sistema operacional Windows 7, em português.
2. abrir uma porta no firewall do servidor para um programa instalado, com o sistema operacional Windows Server 2012, em português.

Em condições ideais, o Técnico, para realizar a atividade

- a) 1, clicou no botão Iniciar, no Painel de Controle, em Sistema e Segurança e depois em Firewall do Windows para acessar a opção Ativar ou Desativar o Firewall do Windows.
- b) 1, clicou no botão Iniciar, no Painel de Controle, e depois em Rede e Segurança para acessar a opção Ativar ou Desativar o Firewall do Windows.
- c) 2, abriu o console do Windows SBS, clicou em Rede e depois em Conectividade, na barra de navegação, e clicou com o botão direito do mouse em Firewall de servidor, para localizar e acessar o programa instalado.
- d) 2, abriu o console do Windows SBS, clicou em Rede e Conectividade, na barra de navegação, clicou em Firewall de servidor e clicou em Permitir um programa pelo Firewall do Windows para localizar e acessar o programa instalado.
- e) 1 e a atividade 2, deve acessar as funções disponíveis no Windows Defender.

195. (DPE-RS - TÉCNICO - SEGURANÇA - FCC /2017)

Para abrir a funcionalidade de Backup no Windows 7, deve-se clicar no botão Iniciar, e em seguida em

- "Dispositivos", caso o seu painel esteja exibindo as opções por categoria, clique em "adicionar um dispositivo" e selecionar a categoria "recuperar configuração do sistema ou o computador".
- "Meu computador", clique com o botão direito do mouse. Clique em "gerenciador de dispositivos" e em seguida clique em "Restaurar meus arquivos".
- "Meu computador", clique com o botão direito do mouse. Clique em "configurações avançadas do sistema", em seguida abrirá a janela de propriedades do sistema. Clique em "Proteção do sistema" selecione a opção configurar selecionar backup de onde os arquivos serão restaurados.
- "Painel de Controle", caso o seu painel esteja exibindo as opções por categoria, clique em configurar backup e restauração ou recuperar configuração do sistema ou computador.
- "Computador", com o botão esquerdo do mouse, clique na opção "ajuste as configurações do computador", caso o painel esteja exibindo as opções por categoria, clique em "central de ações", em seguida "segurança" e optar por ativar segurança, backup e restauração.

196. (PC-AP- DELEGADO DE POLÍCIA - FCC /2017)

Um computador com o Windows 10, em português, possui uma pasta E:\PolCivil-AP contendo os arquivos abaixo.

Nome	Data	Tipo	Tamanho
Apresentação	14/01/2016 16:59	Apresentação ...	127 KB
Crimes digitais	11/08/2015 07:35	Arquivo PDF	4.603 KB
Criminalidade AP	23/09/2015 22:02	Planilha do Mi...	4.263 KB
Material de apoio	21/11/2014 21:53	Arquivo PDF	5.065 KB
Operações especiais	30/10/2016 15:01	Arquivo MP4	207.544 KB
Regimento interno	30/10/2016 16:04	Arquivo MP4	405.344 KB
Treinamento arma...	21/11/2016 01:47	Arquivo MP4	618.522 KB
Treinamento legisl...	21/11/2016 01:03	Arquivo MP4	1.079.441 KB

Um Delegado tentou copiar esta pasta para um dispositivo de armazenamento, mas recebeu uma mensagem informando que não havia espaço suficiente. Um dos dispositivos que podem receber esta pasta é o que tem espaço livre de

- 999 MB.
- 16 MB.
- 4 GB.
- 1800000 KB.
- 2 GB.

197. (ARTESP - AGENTE DE FISCALIZAÇÃO À REGULAÇÃO DE TRANSPORTE - TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO - FCC /2017)

Existem várias formas de instalar aplicativos no Linux, dependendo da distribuição. Em linha de comando, há duas ferramentas principais que instalam pacotes gerenciando dependências: uma usada em distribuições baseadas em Debian e outra usada em distribuições baseadas em Fedora. Estas ferramentas são acionadas, respectivamente, pelos comandos

- rpm-drake e yum.
- itargz e rpm.
- rpmi e yum.
- apt-get e synaptic.
- apt-get e yum.

198. (ARTESP - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - ECONOMIA - FCC /2017)

No Microsoft Windows 10, em português, há um aplicativo chamado de prompt de comando, por meio do qual se pode utilizar um conjunto de instruções para manipular arquivos e pastas nos discos ou para exibir informações e configurar determinados recursos. Em condições ideais, para abrir o prompt de comando pressiona-se a combinação de teclas Windows + R e, no campo Abrir desta nova janela, digita-se uma instrução e pressiona-se a tecla Enter ou clica-se no botão OK. A instrução que deve ser digitada é

- mscmd.
- command.
- cmdprompt.
- cmd.
- mscommand.

199. (ARTESP - ESPECIALISTA EM REGULAÇÃO DE TRANSPORTE I - TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - FCC /2017)

O Windows 10, em português, possui suporte a áreas de trabalho virtuais, de forma que possam separar recursos abertos em diferentes áreas de trabalho. Para conseguir uma visão geral das áreas de trabalho abertas, e ter acesso aos recursos para adicionar novas áreas de trabalho ou remover as existentes, pressiona-se a combinação de teclas

- Windows + Tab.
- Alt + W.
- Ctrl + Windows.
- Alt + Windows.
- Ctrl + Tab.

200. (QUESTÃO 28 – PMS – ENGENHEIRO CIVIL – VUNESP – 2018)

Na Área de Trabalho do MS-Windows 7, em sua configuração padrão, o usuário pode desfazer o envio de um arquivo para a Lixeira, que acaba de ser realizado, utilizando o atalho de teclado

- a) Ctrl+V
- b) Ctrl+C
- c) Ctrl+X
- d) Ctrl+A
- e) Ctrl+Z

201. (QUESTÃO 26 – TJM-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2017)

Usando o Microsoft Windows 7, em sua configuração padrão, um usuário abriu o conteúdo de uma pasta no aplicativo Windows Explorer no modo de exibição Detalhes. Essa pasta contém muitos arquivos e nenhuma subpasta, e o usuário deseja rapidamente localizar, no topo da lista de arquivos, o arquivo modificado mais recentemente. Para isso, basta ordenar a lista de arquivos, em ordem decrescente, por

- a) Data de modificação.
- b) Nome.
- c) Tipo.
- d) Tamanho.
- e) Ordem.

202. (QUESTÃO 48 – PMS – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2018)

Observe os ícones a seguir, extraídos do Windows Explorer do MS-Windows 7, na configuração de exibição de Ícones Médios. Os ícones foram marcados de 1 a 5 e não foram modificados desde a sua criação.



Assinale a alternativa que contém o número correspondente ao ícone de um atalho de uma pasta que não está vazia.

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

203. (QUESTÃO 49 – PMS – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2018)

Observe a seguinte ilustração da Biblioteca de Documentos, do MS-Windows 7, em sua configuração padrão.

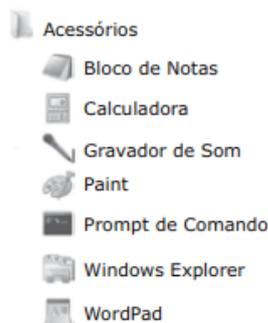


Quando o usuário selecionar a planilha do MS-Excel 2010, utilizando apenas um clique do botão primário do mouse, e depois utilizar as teclas de atalho Ctrl+C e Ctrl+V, nessa sequência, ela será

- a) enviada para impressão.
- b) copiada e colada como uma nova planilha.
- c) eliminada imediatamente.
- d) enviada para Lixeira.
- e) enviada para Área de Trabalho.

204. (QUESTÃO 50 – PMS – ESCRITURÁRIO – VUNESP – 2018)

Considere a imagem a seguir, extraída do MS-Windows 7, em sua configuração padrão. Ela apresenta parte dos programas da pasta Acessórios, do Menu Iniciar > Todos os Programas.



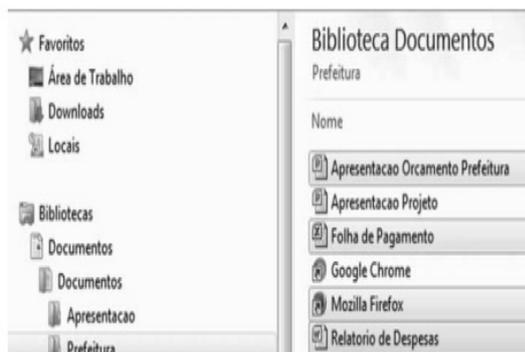
Assinale a alternativa que contém o nome do aplicativo destinado a criar, colorir e editar imagens.

- a) Paint.
- b) Prompt de Comando.
- c) Bloco de Notas.
- d) WordPad.
- e) Windows Explorer.

205. (QUESTÃO 40 – IPRESB – AGENTE PREVIDENCIÁRIO – VUNESP – 2017)

No Windows Explorer do MS-Windows 7, a partir da sua configuração padrão, na pasta Prefeitura, foram selecionados vários itens, conforme ilustra a figura I, e foi aplicada a seguinte sequência de Teclas: Ctrl+C Ctrl+V, na mesma pasta (Prefeitura).

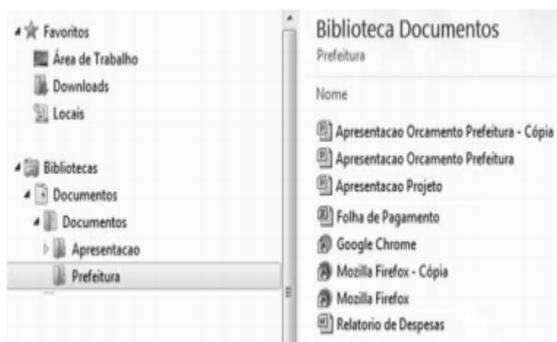
FIGURA I



Assinale a alternativa que apresenta, corretamente, o resultado final dessa sequência de Teclas.

- Irá aparecer uma mensagem de erro, informando que não é possível copiar os itens, pois a pasta Origem é a mesma da pasta Destino.
- Irá aparecer uma mensagem de confirmação, perguntando se deseja copiar os itens previamente selecionados.

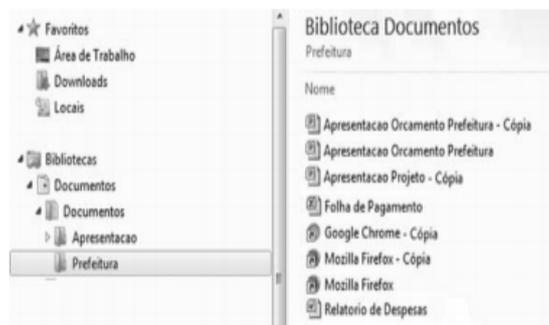
c)



d)



e)

**206. (QUESTÃO 77 – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2018)**

O Windows 10 permite que o seu Explorador de Arquivos possa ser configurado em relação aos arquivos e pastas que manipula. Uma das configurações permitidas é ocultar

- os arquivos criptografados ou protegidos por senha.
- os arquivos de aplicativos não licenciados para o Windows 10.
- as extensões dos tipos de arquivo conhecidos.
- os arquivos que não foram ainda avaliados pelo antivírus.
- os arquivos não manipulados há pelo menos um ano.

207. (QUESTÃO 78 – TJ-SP – ESCRIVENTE TÉCNICO JUDICIÁRIO – VUNESP – 2018)

Um usuário de um computador com o sistema operacional Windows 10 clicou no seguinte botão presente na Barra de Tarefas:



DIREITO CONSTITUCIONAL

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. DOS DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS

254. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Diante da disciplina dos Direitos e Garantias fundamentais na Constituição Federal:

- a) somente são assegurados direitos fundamentais às pessoas físicas, uma vez que esses decorrem diretamente do princípio da dignidade da pessoa humana.
- b) o rol de direitos e garantias fundamentais é taxativo, não sendo admitida a existência de direitos e garantias que não estejam expressamente previstos na Constituição, ainda que decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou previstos em tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.
- c) os direitos fundamentais podem sofrer limitações impostas pela própria Constituição, assim como pelo legislador ordinário, quando autorizado a tanto por aquela.
- d) somente são assegurados direitos individuais e coletivos aos brasileiros, sejam eles natos ou naturalizados, e não aos estrangeiros.
- e) os direitos assegurados pela Constituição aos trabalhadores urbanos e rurais não se aplicam aos domésticos, uma vez que as atividades desempenhadas por essa categoria se encontram disciplinadas por legislação própria.

255. (TRF 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Nuno e Manuel são dois jovens adultos de nacionalidade originária portuguesa que fixaram residência no Brasil e, após cumpridos os requisitos pertinentes, adquiriram a nacionalidade brasileira. Nuno almeja um dia tornar-se Ministro do Supremo Tribunal Federal – STF e Manuel, seguir a carreira diplomática a serviço da República Federativa do Brasil, não possuindo qualquer dos dois a intenção de voltar a seu país de origem. Considerados esses elementos, à luz da Constituição Federal:

- a) ambos poderão exercer os cargos pretendidos, desde que haja reciprocidade em favor de brasileiros na legislação portuguesa.
- b) ambos poderão exercer os cargos pretendidos, pois estes podem ser ocupados tanto por brasileiros natos quanto por brasileiros naturalizados.
- c) Nuno poderá exercer o cargo pretendido, mas Manuel não, porque os cargos da carreira diplomática, diferentemente do de Ministro do STF, são privativos de brasileiros natos.

- d) Nuno não poderá exercer o cargo pretendido, por ser privativo de brasileiro nato, restrição essa que não se aplica aos cargos da carreira diplomática, podendo Manuel vir a exercê-los.
- e) nenhum dos dois poderá exercer os cargos pretendidos, por serem estes privativos de brasileiros natos.

256. (TRF 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Considere as situações abaixo.

I. Gilberto é militar, conta com mais de dez anos de serviço, possui alistamento eleitoral e pretende candidatar-se a Vereador.

II. Demétrio é conscrito e pretende, durante o período do serviço militar obrigatório, alistar-se como eleitor, o que não havia feito anteriormente.

Segundo o texto constitucional, considerados apenas os dados ora fornecidos, Gilberto:

- a) poderá candidatar-se, mas será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da diplomação, para a inatividade, ao passo que Demétrio não poderá alistar-se como eleitor no período pretendido.
- b) poderá candidatar-se, mas será agregado pela autoridade superior e, se eleito, passará automaticamente, no ato da posse, para a inatividade, assim como Demétrio poderá alistar-se como eleitor no período pretendido.
- c) não poderá candidatar-se, nem Demétrio poderá alistar-se como eleitor no período pretendido.
- d) poderá candidatar-se, mas deverá afastar-se da atividade militar quatro meses antes das eleições, ao passo que Demétrio poderá alistar-se como eleitor no período pretendido.
- e) não poderá candidatar-se, vedada, em qualquer hipótese, a candidatura do militar, não importando, para esse fim, o tempo de serviço, assim como Demétrio não poderá alistar-se como eleitor no período pretendido.

257. (TRF 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) A Constituição Federal, ao disciplinar direitos e garantias fundamentais, assegura gratuidade às ações de:

- a) habeas data e mandado de injunção.
- b) habeas corpus, habeas data, mandado de injunção, mandado de segurança, e, na forma da lei, aos atos necessários ao exercício da cidadania.
- c) mandado de injunção e mandado de segurança.
- d) habeas data, mandado de segurança, e, na forma da lei, aos atos necessários ao exercício da cidadania.
- e) habeas corpus, habeas data e, na forma da lei, aos atos necessários ao exercício da cidadania.

258. (TRF 5ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Adamastor, advogado, pretende ingressar com medida destinada à proteção de direito líquido e certo à retificação de dados a seu respeito constantes dos arquivos de repartição pública federal. Sabendo-se que Adamastor não tem condições de pagar custas processuais sem prejuízo do sustento de sua família, pode-se afirmar que para a retificação desejada deverá ingressar com

- habeas data, sem que necessite pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor, já que, consoante a Constituição Federal, o habeas data, o mandado de injunção e o habeas corpus são ações gratuitas.
- mandado de segurança e pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
- habeas data e pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
- habeas corpus, se se tratar de dados pertinentes à vida pregressa na esfera criminal, pleiteando os benefícios da Justiça gratuita em seu favor.
- habeas data, sem que necessite pleitear os benefícios da Justiça gratuita em seu favor, já que, consoante a Constituição Federal, o habeas data e o habeas corpus são ações gratuitas.

259. (TRF 5ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Fiona e Gael são irmãos, filhos de pai e mãe estrangeiros que há muitos anos fixaram residência no Brasil. Fiona é a primogênita, sete anos mais velha que o irmão, nasceu em Portugal, mas se naturalizou brasileira; Gael, o caçula, nasceu em terras brasileiras. No dia de seu aniversário de 30 anos, Gael anunciou seu desejo de candidatar-se ao cargo de Presidente da República, nas eleições de 2018, e de ter sua irmã como Vice. Fiona, entretanto, disse que pretende candidatar-se a Governadora do Estado em que residem. Considerando apenas as informações fornecidas, presentes os demais requisitos, à luz da Constituição Federal, Gael:

- poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao de Vice-Presidente da República, mas poderá candidatar-se ao de Governadora do Estado.
- não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona poderá candidatar-se tanto ao cargo de Vice-Presidente da República quanto ao de Governadora do Estado.
- não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República, tampouco ao de Governadora do Estado.
- não poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona não poderá candidatar-se ao cargo de Vice-Presidente da República, mas poderá candidatar-se ao de Governadora do Estado.

- poderá candidatar-se ao cargo de Presidente da República; Fiona poderá candidatar-se tanto ao cargo de Vice-Presidente da República quanto ao de Governadora do Estado.

**DA ORGANIZAÇÃO DO ESTADO:
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-
ADMINISTRATIVA; DA UNIÃO; DOS
ESTADOS FEDERADOS; DOS MUNICÍPIOS;
DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS;
DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
(DISPOSIÇÕES GERAIS; DOS SERVIDORES
PÚBLICOS**

260. (TCE-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO – FCC – 2017) Caso o Estado X decida intervir no Município Y, segundo os ditames da Constituição Federal, é correto afirmar que a intervenção poderá ocorrer se:

- o município Y deixar de pagar, sem motivo de força maior, por 1 ano consecutivo, a dívida fundada.
- for necessário que o Estado X ponha fim a grave comprometimento da ordem pública.
- o município Y não tiver aplicado o mínimo exigido da receita municipal na manutenção e desenvolvimento do desporto e cultura.
- o município Y não tiver aplicado receita mínima na consecução e desenvolvimento de políticas urbanas e agrárias.
- o Tribunal de Justiça der provimento a representação para assegurar a observância de princípios indicados na Constituição Estadual, ou para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial.

261. (TCE-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO – FCC – 2017) Ao dispor sobre a Organização Político-Administrativa do Estado, a Constituição Federal reservou determinadas competências materiais e legislativas à União, aos Estados Membros, ao Distrito Federal e aos Municípios. A respeito das competências, é correto afirmar:

- é competência privativa dos Estados fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- os Municípios podem explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei.
- compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre procedimentos em matéria processual.
- é competência concorrente da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios legislar sobre serviço postal.
- em se tratando de competência legislativa concorrente, a União poderá estabelecer normas gerais e específicas.

262. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) De acordo com a disciplina constitucional atinente às matérias sujeitas à competência legislativa concorrente:

- a) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a sua competência suplementar.
- b) União, Estados e Distrito Federal possuem competência para discipliná-las plenamente, prevalecendo a norma que for editada por último, tendo em vista que essa revogará as demais, naquilo em que for com elas incompatível, independentemente do ente que a tenha editado.
- c) os Estados somente terão competência para discipliná-las caso a União não o faça em prazo razoável, quando então poderão editar normas específicas, aplicáveis unicamente nos limites dos respectivos territórios, as quais serão automaticamente revogadas na superveniência de lei federal.
- d) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, ficando, no entanto, revogada a lei estadual na superveniência de lei federal sobre normas gerais.
- e) a competência da União limitar-se-á ao estabelecimento de normas gerais, cabendo aos Estados o exercício da competência suplementar, por meio da expedição de normas específicas, editadas em face das peculiaridades regionais. Inexistindo, porém, lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades. A superveniência de lei federal sobre normas gerais, no entanto, suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrária.

263. (TRF 5ª REGIÃO – ANALISTA JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Genésio assistiu a um documentário que falava dos riscos para a humanidade dos danos causados ao meio ambiente. Curioso sobre a competência para legislar sobre esse tema e, como estudante de Direito e futuro defensor da causa, consultou a Constituição Federal e descobriu que compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente. Constatou, também, ainda na Constituição Federal, que no âmbito da legislação concorrente, a competência da União:

- a) limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos Estados e, ainda que inexista lei federal sobre normas gerais, os Estados não poderão exercer a competência legislativa plena para atender a suas peculiaridades.
- b) limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos Estados e, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, sendo que a superveniência de lei federal sobre normas gerais suspende a eficácia da lei estadual, no que lhe for contrário.
- c) limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que não exclui a competência suplementar dos Estados e, inexistindo lei federal sobre normas gerais, os Estados exercerão a competência legislativa plena, para atender a suas peculiaridades, sendo que a superveniência de lei federal sobre normas gerais revoga a lei estadual.
- d) limitar-se-á a estabelecer normas gerais, o que exclui a competência suplementar dos Estados.
- e) não está limitada a estabelecer normas gerais, o que exclui a competência suplementar dos Estados.

264. (TRF 5ª REGIÃO – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Ao disciplinar a organização político-administrativa da República brasileira, a Constituição Federal estabelece que a União:

- a) não intervirá, jamais, nos Estados, já que adota o princípio da não intervenção.
- b) não intervirá nos Estados nem no Distrito Federal, exceto, dentre outras hipóteses expressamente previstas, para reorganizar as finanças da unidade da Federação que suspender o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, salvo motivo de força maior.
- c) intervirá nos Estados sempre que entender necessária sua intervenção, o que se fará por meio de decreto do Presidente da República, que somente poderá ser editado mediante prévia autorização do Senado Federal e referendo do Supremo Tribunal Federal.
- d) intervirá nos Estados e no Distrito Federal para garantir o livre exercício dos Poderes Executivo e Legislativo, sendo proibida, contudo, sua intervenção no Poder Judiciário, já que a este é atribuída a função de administração da Justiça na sociedade.
- e) está autorizada a intervir nos Municípios dos Estados e do Distrito Federal quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por um ano, a dívida fundada.

265. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) João foi contratado por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, para atuar junto a órgão da Administração direta, integrante do Poder Executivo de certo Estado, a fim de atender a necessidade temporária de excepcional interesse público. À luz do disposto na Constituição, a remuneração de João:

- não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, embora possa ser superior ao do Governador do Estado respectivo.
- não poderá exceder o subsídio mensal do Governador do Estado respectivo.
- não estará sujeita ao limite aplicável aos servidores ocupantes de cargos efetivos, uma vez que foi contratado por tempo determinado, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.
- terá como limite o subsídio mensal dos Desembargadores do Tribunal de Justiça do Estado respectivo, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
- não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, do Presidente da República, que funciona como limite para a remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da Administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

266. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Tendo sido aprovado em concurso público de provas e títulos, Jorge passou a ocupar cargo de provimento efetivo. Após alguns anos de efetivo exercício do cargo, Jorge recebe R\$ 800,00 a título de vencimentos básicos e R\$ 400,00 a título de adicionais temporais. Considerando um salário mínimo legal hipotético de R\$ 1.100,00:

- não há que se falar em ofensa à Constituição da República, uma vez que o valor total da remuneração recebida por Jorge é superior ao salário mínimo legal.
- Jorge recebe mensalmente quantia menor que a que lhe seria devida, uma vez que seus vencimentos básicos são inferiores ao salário mínimo legal, fazendo jus a uma diferença de R\$ 300,00 por mês.
- conquanto receba vencimentos básicos inferiores ao salário mínimo, Jorge não faz jus a nenhuma diferença, uma vez que está submetido a regime estatutário e os direitos elencados na Constituição, inclusive o salário mínimo, somente se aplicam aos empregados públicos.

- Jorge recebe mensalmente quantia menor que a que lhe seria devida, já que seus vencimentos básicos são inferiores ao salário mínimo legal, porém, apenas faz jus a uma diferença de R\$ 100,00 por mês, pois os adicionais temporais podem ser computados para fins de análise do respeito ao salário mínimo até um limite de 25% dos vencimentos básicos.
- Jorge não faz jus a nenhuma diferença, uma vez que os direitos elencados na Constituição somente se aplicam aos empregados do setor privado.

267. (TRT 21ª REGIÃO-RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) Em face da disciplina constitucional do direito de greve, bem como à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria:

- a greve realizada por servidores públicos estatutários vinculados à Administração direta poderá ser encerrada mediante a celebração de convenção coletiva que conceda o reajuste pleiteado pela categoria em greve.
- aos servidores públicos é vedado o exercício do direito de greve, uma vez que ainda não restou editada lei específica definindo os termos e limites em que tal direito poderá ser exercido.
- por se tratar de um direito fundamental, o direito de greve deve ser considerado cláusula pétrea e, portanto, não pode sofrer nenhuma espécie de restrição imposta pelo legislador ordinário.
- a Constituição, ao definir como essenciais as atividades relacionadas à assistência médica, à educação, ao transporte coletivo, à segurança pública, às telecomunicações e à guarda de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares, veda o exercício do direito de greve por parte dos trabalhadores que desempenham tais atividades.
- o direito de greve não é ilimitado, podendo sofrer restrições impostas pelo legislador ordinário, a quem cabe definir os serviços ou atividades essenciais e dispor sobre o atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Sobre a Autora

Bruna Pinotti Garcia Oliveira

Doutoranda do programa de pós-graduação stricto sensu da Faculdade de Direito da Universidade de Brasília – UnB, na área de Direito, Estado e Constituição, linha de pesquisa “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”. Mestre-bolsista (CAPES/PROSUP Modalidade 1) em Direito pelo Centro Universitário “Eurípides Soares da Rocha” – UNIVEM.

Professora universitária efetiva da Universidade Federal de Goiás – UFG, cadeira de direito processual civil e prática processual.

Professora de curso preparatório para concursos em todo o país, entre eles Focus Concursos, Grupo Nova, Instituto Rodolfo Souza e PCI concursos.

Professora dos Programas “Saber Direito” e “Direito sem Fronteiras”, na TV Justiça, em Brasília/DF. Autora de diversos trabalhos científicos publicados em revistas qualificadas, livros e anais de eventos, notadamente na área do direito eletrônico e dos direitos humanos.

Advogada e consultora jurídica.

E-mail: <brunapinotti@gmail.com>.

**ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:
PRINCÍPIOS BÁSICOS. PODERES
ADMINISTRATIVOS: PODER
HIERÁRQUICO, PODER DISCIPLINAR,
PODER REGULAMENTAR, PODER DE
POLÍCIA, USO E ABUSO DO PODER.
SERVIÇOS PÚBLICOS: CONCEITO,
REGIME JURÍDICO, PRINCÍPIOS,
TITULARIDADE E COMPETÊNCIA.
DELEGAÇÃO: CONCESSÃO,
PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO**

284. (TRT 21ª REGIÃO RN – TÉCNICO JUDICIÁRIO – ÁREA ADMINISTRATIVA – FCC – 2017) É princípio orientador das atividades desenvolvidas pela Administração pública, seja por intermédio da Administração direta, seja pela Administração indireta, sob pena de irrisignação judicial, a:

- impessoalidade, tanto na admissão de pessoal, sujeita à exigência de prévio concurso público de provas ou de provas e títulos para preenchimento de cargos, empregos públicos, quanto na prestação dos serviços em geral pela Administração pública, vedado qualquer direcionamento.
- legalidade, que impede que a Administração pública se submeta a atos normativos infralegais.
- moralidade, desde que associada a outros princípios e regras previstos em nosso ordenamento jurídico.
- eficiência, que impede a contratação direta de serviços pela Administração pública, garantindo a plena competição entre os interessados e sempre o menor preço para o erário público.
- publicidade, que exige a publicação em Diário Oficial da íntegra dos atos e contratos firmados pela Administração, além da motivação de todos os atos administrativos unilaterais.

285. (MPE-SP – ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VUNESP – 2018) O regime jurídico administrativo refere-se às características diferenciadoras do direito aplicável ao relacionamento do Estado com os cidadãos, no cumprimento de sua função administrativa, em comparação ao direito aplicável ao relacionamento entre os cidadãos em sua vida privada. A esse respeito, é correto afirmar, de acordo com a doutrina tradicional, que:

- o regime jurídico administrativo implica em tratar os contratos administrativos como mera ficção, dado não ser possível ao Estado, ente dotado de poder império que é, submeter-se a uma relação contratual com um privado.

- trata-se o regime jurídico administrativo de resquício autoritário do direito administrativo brasileiro, não se justificando em nenhum caso a manutenção de poderes especiais para o Estado diante dos seus cidadãos em um país igualitário e democrático.
- a chamada supremacia do interesse público é o motivo justificador, no Estado Democrático de Direito, da existência do regime jurídico administrativo, o qual confere ao Estado prerrogativas e poderes em face dos cidadãos, de forma a permitir um melhor atendimento dos interesses públicos.
- o regime jurídico administrativo parte do reconhecimento de que os interesses privados têm menor valor e devem se sujeitar ao interesse estatal, ainda que o interesse privado a ser sacrificado seja relevante diante da natureza do interesse público a ser alcançado.
- historicamente, pode-se dizer que o direito administrativo evoluiu no sentido de limitar as hipóteses de responsabilização do Estado, restringindo os direitos do cidadão em face da Administração, o que se desenvolveu a partir da chamada "teoria do Fisco".

286. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) O princípio da indisponibilidade do interesse público tem por resultado a limitação da ação do agente público, que pode muito, mas não pode agir de modo contrário ao interesse público. A respeito desse princípio, é correto afirmar que:

- embora previsto expressamente na Constituição, não possui qualquer repercussão prática no direito brasileiro, considerando-se a dificuldade de identificação do conteúdo do princípio.
- o interesse público pode ser mais bem compreendido por meio da separação entre interesse público primário, resultante da soma dos interesses individuais, e interesse público secundário, que consiste nos interesses do Estado, como sujeito de direitos.
- o princípio resulta da supremacia dos interesses públicos sobre os interesses individuais, os quais devem sempre se submeter à vontade da coletividade, representada na ação do estado, quando em conflito com esta vontade.
- o mencionado princípio impede a adoção da arbitragem pela Administração Pública, considerando-se a impossibilidade de o agente público transigir quanto aos interesses públicos que persegue e representa.
- não compõe a ordem jurídica brasileira, dado não ser encontrado no texto da Constituição, nem poder ser deduzido a partir dos demais princípios constitucionais administrativos.

287. (CÂMARA DE NOVA ODESSA – SP – ASSISTENTE LEGISLATIVO – VUNESP – 2018) A vedação ao particular contratado, dentro de certos limites, de opor, em face da Administração, a exceção de contrato não cumprido, e a submissão do direito de greve dos servidores públicos a um regime jurídico mais restrito, a ser previsto em lei, são exemplos de aplicação de um dos princípios que rege a Administração Pública, qual seja, a:

- a) boa-fé.
- b) segurança jurídica.
- c) impessoalidade.
- d) continuidade do serviço público.
- e) publicidade.

288. (PREFEITURA DE BARRETOS – SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2018) Princípio que não pode ser radicado em qualquer dispositivo constitucional específico. É, porém, da essência do próprio Direito, notadamente de um Estado Democrático de Direito, de tal sorte que faz parte do sistema constitucional como um todo. O enunciado se refere ao princípio da:

- a) legalidade.
- b) impessoalidade.
- c) publicidade.
- d) segurança jurídica.
- e) eficiência.

289. (TJ-SP – TITULAR DE SERVIÇOS DE NOTAS E DE REGISTROS – PROVIMENTO – VUNESP – 2018) A Administração tem o dever de realizar o interesse público sem a promoção do servidor público ou autoridade que realizou o ato. Essa previsão, concernente ao regime jurídico administrativo, é conforme ao princípio da:

- a) motivação.
- b) publicidade.
- c) supremacia do interesse público.
- d) impessoalidade.

ATO ADMINISTRATIVO: CONCEITO, REQUISITOS E ATRIBUTOS; ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO E CONVALIDAÇÃO; DISCRICIONARIEDADE E VINCULAÇÃO. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA: ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA; CENTRALIZADA E DESCENTRALIZADA; AUTARQUIAS, FUNDAÇÕES, EMPRESAS PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, CONSÓRCIOS PÚBLICOS (LEI Nº 11.107/2005)

290. (DPE-AM – ANALISTA JURÍDICO DE DEFENSORIA – CIÊNCIAS JURÍDICAS – FCC – 2018) Um servidor público comissionado, designado para prestar serviços junto à Secretaria de Governo de determinado Município e que exercia interinamente as funções de chefe de gabinete, editou ato aplicando penalidade a um outro servidor concursado no bojo de um processo administrativo disciplinar. A competência para aplicação da pena era da chefia de gabinete, conforme dispunha a legislação competente. O servidor que fora apenado recorreu administrativamente da decisão, sob o fundamento de que a legislação que rege o funcionalismo público estabelece que a autoridade competente para a aplicação de penalidades a servidores concursados também deve ter ingressado no serviço público mediante concurso público de provas e títulos. Imputa, portanto, ao ato praticado pelo servidor comissionado o vício de incompetência. Após o processamento do recurso e chegada a hora da decisão, o chefe de gabinete que efetivamente ocupava o cargo já havia retornado e reassumido suas funções, razão pela qual os autos lhe foram submetidos para eventual reconsideração. Este servidor, considerando que a alegação do recorrente seja condizente com a legislação aplicável:

- a) pode revogar a decisão caso reconheça a incompetência de seu subordinado para a prática de atos de natureza disciplinar, determinado a reinstauração de processo administrativo disciplinar, caso ainda não tenha ocorrido prescrição.
- b) deve anular a decisão, diante de sua patente ilegalidade, reconduzindo o servidor ao cargo anteriormente ocupado e exonerando o servidor comissionado, independentemente de processo administrativo, porque inexistente vínculo estatutário.
- c) não pode alterar a decisão proferida em sede de processo administrativo disciplinar, tendo em vista que estava afastado, o que impede seu adequado conhecimento dos fatos, cabendo ao servidor estatutário diligenciar para revisão judicial.
- d) pode ratificar a decisão proferida pelo servidor ocupante de cargo em comissão, no caso dela estar materialmente correta, embora formalmente viciada pela incompetência.

- e) pode rever a decisão proferida pelo servidor concursado ou pode anular o processo administrativo disciplinar, não lhe sendo permitido aproveitar as provas colhidas.

291. (TCE-SP – AGENTE DE FISCALIZAÇÃO – ADMINISTRAÇÃO – FCC – 2017) Se o administrador público praticar um ato administrativo anulável, o direito brasileiro estabelece que:

- a) o ato, se prejudicou terceiros, deve ser invalidado pelo Judiciário a pedido da Administração.
- b) a Administração somente poderá invalidar o ato se houver pedido do interessado.
- c) o ato deverá ser objeto de conversão pelo Poder Judiciário.
- d) o ato poderá ser convalidado pela própria Administração.
- e) a Administração deverá invalidar esse ato de ofício.

292. (MPE-SP – ANALISTA JURÍDICO DO MINISTÉRIO PÚBLICO – VUNESP – 2018) Os atos administrativos são o meio de atuação da Administração, devendo obedecer a alguns princípios, entre eles o da publicidade e o da motivação. Sobre esse tema, julgue as afirmações a seguir e selecione a correta:

- a) a necessidade de motivação dos atos administrativos resulta do princípio democrático e da regra do devido processo legal, permitindo o controle da ação administrativa.
- b) é admissível o suprimento da exigência de motivação expressa pelo silêncio, isto é, pela omissão, da Administração, posto que o silêncio deverá ser interpretado conforme os usos e costumes do local de produção do ato.
- c) os atos administrativos não motivados não estão sujeitos ao controle jurisdicional, diante da tendência de prestigiar a participação do usuário na organização e prestação dos serviços públicos.
- d) o princípio da publicidade impõe a transparência dos atos administrativos em todos os seus momentos, o que inclui a divulgação de minutas, esboços, estudos internos e documentos em elaboração.
- e) motivo e motivação são sinônimos em matéria de atos administrativos, referindo-se ambos aos elementos fáticos que justificam a existência do ato administrativo, os quais, nos atos discricionários, não estão sujeitos ao controle judicial.

293. (PREFEITURA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO – SP – PROCURADOR – VUNESP – 2018) A respeito dos elementos do ato administrativo, é correta a correlação entre elemento e definição que se faz na alternativa:

- a) sujeito competente - é o cidadão que se sujeita ao ato administrativo e suas consequências práticas.
- b) motivo - é o resultado final que se busca atingir por meio da execução do ato administrativo.
- c) objeto - é o conteúdo, isto é, a decisão contida no ato administrativo.
- d) efeito - é o desdobramento do ato administrativo sobre a realidade manifesta.
- e) forma - é o fato que autoriza ou exige a prática do ato.

294. (CÂMARA DE NOVA ODESSA – SP – ASSISTENTE LEGISLATIVO – VUNESP – 2018) Suponha-se que uma determinada pessoa é aprovada em concurso público realizado pelo Poder Executivo, preenche todos os demais requisitos legais – como comprovação de sanidade física e mental –, sendo, então, nomeada para o cargo em questão. No entanto, no prazo legal em que a pessoa deveria tomar posse, a nomeação é revogada, por motivos de conveniência e oportunidade. Nesse caso, a conduta do Poder Executivo está:

- a) incorreta; como se tratavam de motivos de conveniência e oportunidade, já que, por exemplo, poderia haver insuficiência de recursos para remunerar o candidato nomeado, o ato deveria ter sido anulado.
- b) correta; o poder de revogar atos administrativos encontra limites, mas não basta que se trate de direitos adquiridos, o ato deve ter se consumado e exaurido todos os efeitos para não se submeter ao poder revogatório da Administração Pública.
- c) incorreta; o poder de revogar atos administrativos não é ilimitado, pois, uma vez praticado o ato administrativo de nomeação, não é mais possível sua revogação, porque o nomeado adquire direito à investidura no cargo correspondente.
- d) correta; o poder de revogar atos administrativos decorre da verificação de vícios de ilegalidade o que, portanto, permite que a Administração Pública, a qualquer tempo, reveja o teor dos atos praticados.
- e) incorreta; o ato administrativo somente pode ser revogado pelo Poder Judiciário, razão pela qual a Administração Pública deveria ter anulado a nomeação, o que afastaria qualquer possibilidade de questionamento da conduta.

295. (PREFEITURA DE BARRETOS – SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2018) Consiste na possibilidade que certos atos administrativos ensejam de imediata e direta execução pela própria Administração, independentemente de ordem judicial. É correto afirmar que o enunciado se refere ao seguinte atributo do ato administrativo:

- a) presunção de legitimidade.
- b) autoexecutoriedade.
- c) presunção de veracidade.
- d) imperatividade.
- e) independência de administração.

296. (PREFEITURA DE BARRETOS – SP – AGENTE ADMINISTRATIVO – VUNESP – 2018) É correto afirmar que o ato administrativo será considerado válido quando:

- a) emanado do Poder Executivo e em conformidade com as normas legais.
- b) esgotar todas as fases necessárias à sua produção.
- c) analisado pelo Poder Judiciário, assim for considerado.
- d) considerado disponível para a produção de seus efeitos próprios.
- e) expedido em absoluta conformidade com as exigências do sistema normativo.

297. (CÂMARA DE ITAQUAQUECETUBA – SP – PROCURADOR JURÍDICO – VUNESP – 2018) É correto afirmar a respeito da delegação e avocação da competência administrativa:

- a) as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade.
- b) a legislação pátria permite, em certos casos, a transferência de todas as funções do delegante para o órgão delegado.
- c) a legislação brasileira não permite a delegação revogável ou por tempo indeterminado.
- d) o princípio da hierarquia, que rege a avocação, permite que a atividade avocada abranja a integralidade das competências do órgão inferior.
- e) praticado o ato por autoridade, que age por delegação, eventual medida judicial contra o ato deve ser ajuizada contra a autoridade delegante.

298. (PREFEITURA DE SOROCABA – SP – PROCURADOR DO MUNICÍPIO – VUNESP – 2018) Os atos administrativos que apresentarem defeitos sanáveis podem ser:

- a) revogados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, desde que não haja prejuízo ao Erário, independentemente de eventual prejuízo a terceiros.
- b) convalidados pela Administração ou pelo Poder Judiciário, em decisão na qual se evidencie que eles não acarretaram lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- c) anulados pela própria Administração ou pelo Poder Judiciário, somente se restar comprovado que, cumulativamente, causam prejuízo ao Erário e ao interesse jurídico de terceiros.
- d) convalidados pela própria Administração, em decisão na qual se evidencie que eles não acarretaram lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.
- e) revogados pelo Poder Judiciário, mas somente se restar comprovado que, cumulativamente, causam prejuízo ao Erário e ao interesse jurídico de terceiros.

ÓRGÃOS PÚBLICOS: CONCEITO, NATUREZA E CLASSIFICAÇÃO. SERVIDORES PÚBLICOS: CARGO, EMPREGO E FUNÇÃO PÚBLICOS. CLT: EMPREGADO E EMPREGADOR, ANOTAÇÕES NA CTPS, DURAÇÃO DO TRABALHO, PERÍODOS DE DESCANSO, TRABALHO NOTURNO, TELETRABALHO, FÉRIAS ANUAIS, DANO EXTRAPATRIMONIAL, CONTRATO INDIVIDUAL DO TRABALHO, REMUNERAÇÃO E RESCISÃO

299. (PGE-TO – PROCURADOR DO ESTADO – FCC – 2018) Considere que Casimiro Rubião, atualmente com 70 anos, era servidor público estável, titular de cargo efetivo do Quadro da Secretaria de Educação do Estado do Tocantins, tendo se aposentado por invalidez em 1º de fevereiro de 2012. Em 30 de abril de 2017, a Corregedoria Geral do Estado – CGE recebeu informações de que a aposentadoria teria sido concedida de forma fraudulenta, em episódio envolvendo Casimiro e o perito que atestou sua falsa invalidez. Na apuração promovida pela CGE, a Junta Médica Oficial constatou que Casimiro goza atualmente de plena capacidade física e mental para o exercício das funções que desempenhava até sua aposentação. Sabendo-se que lei posterior veio a extinguir o cargo ocupado por Casimiro, é correto afirmar que:

- a) não cabe reversão da aposentadoria, pois a aposentadoria por invalidez é ato irreversível.
- b) não cabe reversão da aposentadoria, haja vista que já ultrapassada a idade da aposentadoria compulsória.
- c) não cabe reversão da aposentadoria, visto que já decorridos 5 anos da data em que ocorreu a aposentação.
- d) deve haver reversão em cargo de atribuições afins, respeitada a habilitação exigida, nível de escolaridade e equivalência de vencimentos.
- e) deve haver reversão no mesmo cargo que ocupava, visto que a extinção será considerada sem efeito.

300. (TRE-SP – ANALISTA JUDICIÁRIO – ANÁLISE DE SISTEMAS – FCC – 2017) Miguel é servidor público federal e pretende licenciar-se do cargo para o desempenho de mandato classista em sindicato representativo da categoria do qual faz parte e que conta com 5.000 associados. Cumpre salientar que o servidor foi eleito para cargo de representação no mencionado sindicato. Nos termos da Lei nº 8.112/1990:

- a) o mencionado sindicato comportará até quatro servidores licenciados para o desempenho de mandato classista.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB.

CÓDIGO DE TRÂNSITO BRASILEIRO: LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997 COM ALTERAÇÕES ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL

331. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Sobre o crime previsto no art. 306 do Código de Trânsito Brasileiro (conduzir veículo em estado de embriaguez), nos termos do art. 7.º da Resolução CONTRAN nº 432/2013:

- a) aplica-se somente a penalidade administrativa.
- b) a ocorrência do crime não elide a aplicação da penalidade administrativa.
- c) a aplicação da pena afasta a penalidade administrativa.
- d) o art. 165 do C.T.B. prevê apenas aplicação de medida administrativa.
- e) aplica-se somente a pena cominada para o crime.

332. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Nos termos do art. 134 do CTB, o vendedor do veículo está obrigado a:

- a) entregá-lo licenciado.
- b) transferir a documentação do veículo em nome do comprador.
- c) comunicar a venda ao órgão de trânsito do Estado.
- d) comunicar a venda à Receita Federal.
- e) entregá-lo em perfeitas condições de uso.

333. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Transitar com o veículo derramando ou lançando sobre a via combustível ou lubrificante que esteja utilizando é

- a) infração leve, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
- b) infração grave, apenada com multa.
- c) infração grave, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
- d) infração gravíssima, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.
- e) infração média, cuja penalidade é multa, e a medida administrativa consiste na retenção do veículo.

334. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o art. 54 do CTB, os condutores de motocicletas, motonetas e ciclomotores só poderão circular nas vias com capacete de segurança:

- a) segurando o guidom com as duas mãos e usando vestuário de proteção, apenas.
- b) segurando o guidom com pelo menos uma das mãos e usando vestuário de proteção, apenas.
- c) com viseira ou óculos protetores e segurando o guidom com pelo menos uma das mãos.
- d) com viseira ou óculos protetores, segurando o guidom com pelo menos uma das mãos e usando vestuário de proteção.
- e) com viseira ou óculos protetores, segurando o guidom com as duas mãos e usando vestuário de proteção.

335. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Na classificação dos veículos, a espécie diz respeito:

- a) ao modo de locomoção do veículo.
- b) se é veículo oficial ou particular.
- c) à finalidade para a qual o veículo foi fabricado.
- d) se é veículo elétrico ou automotor.
- e) se é veículo impulsionado por humano ou tracionado por animal.

336. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Nos termos do art. 293 do CTB, a penalidade de suspensão ou de proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor tem a duração de:

- a) 3 (três) meses a 5 (cinco) anos.
- b) 3 (três) meses a 4 (quatro) anos.
- c) 2 (dois) meses a 4 (quatro) anos.
- d) 2 (dois) meses a 5 (cinco) anos.
- e) 1 (um) mês a 2 (dois) anos.

337. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o art. 144 do CTB, um trator de esteira, um trator agrícola ou uma máquina de terraplenagem só podem ser conduzidos na via pública por condutor habilitado:

- a) nas categorias "A" e "B".
- b) nas categorias "C", "D" ou "E".
- c) na categoria "B".
- d) em qualquer categoria.
- e) na categoria "A".

338. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Os órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito, nos termos do art. 1.º, § 5.º do C.T.B., darão:

- a) prioridade em suas ações à defesa da vida, à preservação da saúde e do meio ambiente.
- b) prioridade em suas ações à defesa da vida, à segurança, à preservação da saúde e do meio ambiente.
- c) preferência em suas ações à defesa da vida, à segurança e à preservação do meio ambiente.
- d) preferência em suas ações à defesa da vida, à segurança, à preservação da saúde e do meio ambiente.
- e) preferência em suas ações à defesa da vida, à segurança, à circulação, à preservação da saúde e do meio ambiente.

339. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Nos termos da vigente legislação de trânsito, compete às Polícias Militares dos Estados e do Distrito Federal:

- fiscalizar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, junto com os demais agentes credenciados.
- fiscalizar o trânsito, como titular, sem convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, junto com os demais agentes credenciados.
- observar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.
- fiscalizar o trânsito, como agente, em convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.
- fiscalizar o trânsito, como titular, sem convênio com órgão ou entidade de trânsito ou rodoviário com autoridade sobre a via, exceção feita aos demais agentes credenciados.

340. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Às infrações, o CTB, no art. 256, estabelece as seguintes penalidades:

- advertência verbal, multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, pontuação na Carteira Nacional de Habilitação.
- advertência verbal, multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, prisão administrativa.
- advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da Carteira Nacional de Habilitação ou da Permissão para Dirigir, frequência obrigatória em curso de reciclagem.
- advertência por escrito, multa, suspensão do direito de dirigir, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, remoção do veículo.
- multa, suspensão da Carteira Nacional de Habilitação, apreensão do veículo, cassação da Permissão para Dirigir ou da Carteira Nacional de Habilitação, frequência obrigatória em curso de reciclagem, prisão em flagrante.

341. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Para conduzir veículo motorizado utilizado no transporte de passageiros cuja lotação exceda a 8 lugares, excluído o do motorista, o condutor deve ser habilitado para as categorias:

- "E" e "C".
- "A" e "B".
- "D" e "E".
- "B" e "C".
- "C" e "D".

342. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) A infração da falta do uso de cinto de segurança prevista no art. 167 do CTB é:

- gravíssima.
- levíssima.
- grave.
- leve.
- média.

343. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) O art. 307 do CTB tem o seguinte texto: "Violar a suspensão ou a proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor imposta com fundamento neste Código". A infração a esse disposto acarreta

- detenção de 3 a 6 meses, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.
- detenção de 6 meses a 1 ano e multa.
- multa.
- detenção de 3 a 6 meses e multa.
- detenção de 6 meses a 1 ano, com nova imposição adicional de idêntico prazo de suspensão ou de proibição.

344. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Os crimes de homicídio e lesão corporal previstos no CTB são:

- eventualmente culposos.
- eventualmente dolosos.
- culposos.
- dolosos.
- culposos e dolosos.

345. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Os sinais de trânsito, de acordo com o art. 87 do CTB, classificam-se em verticais, horizontais:

- dispositivos auxiliares, luminosos, sonoros e gestos.
- dispositivos auxiliares, luminosos, sonoros e de orientação.
- luminosos, sonoros, gestos e de orientação.
- perpendiculares, dispositivos auxiliares, luminosos e sonoros.
- perpendiculares, luminosos, sonoros e gestos.

346. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o art. 96 do CTB, os veículos se classificam quanto:

- a) à espécie, ao gênero e à finalidade.
- b) à tração, ao gênero e à espécie.
- c) ao gênero, à categoria e à finalidade.
- d) à tração, à espécie e à categoria.
- e) à espécie, à categoria e à finalidade.

347. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o art. 17 do CTB, são competências das JARIs:

- a) julgar recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas isolados nas autuações.
- b) opinar sobre recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas comuns às autuações.
- c) julgar recursos, solicitar informações das entidades executivas e rodoviárias de trânsito sobre recursos interpostos e encaminhar informações sobre problemas recorrentes nas autuações.
- d) opinar sobre recursos, determinar providências às entidades executivas e rodoviárias e encaminhar informações sobre problemas comuns às autuações.
- e) opinar sobre recursos, determinar providências às entidades executivas e rodoviárias e encaminhar informações sobre problemas recorrentes nas autuações.

348. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) As vias abertas à circulação, de acordo com sua utilização, classificam-se em:

- a) urbanas (trânsito rápido, coletora, servidão e local) e rurais (rodovias, estradas e arterial).
- b) urbanas (trânsito rápido, rodovias, estradas e passagens) e rurais (local, coletora e arterial).
- c) urbanas (trânsito rápido, arterial, coletora e local) e rurais (rodovias e estradas).
- d) urbanas (trânsito rápido, arterial, rodovias e coletora) e rurais (estradas, passagens e local).
- e) urbanas (trânsito rápido, arterial, passagens e coletora) e rurais (rodovias, estradas e locais).

349. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Leia o seguinte texto para responder as seguintes questões:

O uso da bicicleta no Brasil

A utilização da bicicleta como meio de locomoção no Brasil ainda conta com poucos adeptos, em comparação com países como Holanda e Inglaterra, por exemplo, nos quais

a bicicleta é um dos principais veículos nas ruas. Apesar disso, cada vez mais pessoas começam a acreditar que a bicicleta é, numa comparação entre todos os meios de transporte, um dos que oferecem mais vantagens.

A bicicleta já pode ser comparada a carros, motocicletas e a outros veículos que, por lei, devem andar na via e jamais na calçada. Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e prioridade sobre os automotores.

Alguns dos motivos pelos quais as pessoas aderem à bicicleta no dia a dia são: a valorização da sustentabilidade, pois as bikes não emitem gases nocivos ao ambiente, não consomem petróleo e produzem muito menos sucata de metais, plásticos e borracha; a diminuição dos congestionamentos por excesso de veículos motorizados, que atingem principalmente as grandes cidades; o favorecimento da saúde, pois pedalar é um exercício físico muito bom; e a economia no combustível, na manutenção, no seguro e, claro, nos impostos.

No Brasil, está sendo implantado o sistema de compartilhamento de bicicletas. Em Porto Alegre, por exemplo, o BikePOA é um projeto de sustentabilidade da Prefeitura, em parceria com o sistema de Bicicletas SAMBA, com quase um ano de operação. Depois de Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Sorocaba e outras cidades espalhadas pelo país aderirem a esse sistema, mais duas capitais já estão com o projeto pronto em 2013: Recife e Goiânia. A ideia do compartilhamento é semelhante em todas as cidades. Em Porto Alegre, os usuários devem fazer um cadastro pelo site. O valor do passe mensal é R\$ 10 e o do passe diário, R\$ 5, podendo-se utilizar o sistema durante todo o dia, das 6h às 22h, nas duas modalidades. Em todas as cidades que já aderiram ao projeto, as bicicletas estão espalhadas em pontos estratégicos.

A cultura do uso da bicicleta como meio de locomoção não está consolidada em nossa sociedade. Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike. Na confusão de um trânsito caótico numa cidade grande, carros, motocicletas, ônibus e, agora, bicicletas, misturam-se, causando, muitas vezes, discussões e acidentes que poderiam ser evitados.

Ainda são comuns os acidentes que atingem ciclistas. A verdade é que, quando expostos nas vias públicas, eles estão totalmente vulneráveis em cima de suas bicicletas. Por isso é tão importante usar capacete e outros itens de segurança.

A maior parte dos motoristas de carros, ônibus, motocicletas e caminhões desconhece as leis que abrangem os direitos dos ciclistas. Mas muitos ciclistas também ignoram seus direitos e deveres.

Alguém que resolve integrar a bike ao seu estilo de vida e usá-la como meio de locomoção precisa compreender que deverá gastar com alguns apetrechos necessários para

poder trafegar. De acordo com o Código de Trânsito Brasileiro, as bicicletas devem, obrigatoriamente, ser equipadas com campainha, sinalização noturna dianteira, traseira, lateral e nos pedais, além de espelho retrovisor do lado esquerdo.

(Bárbara Moreira, <http://www.eusoufamecos.net>. Adaptado)

No trecho – Muitos ainda não sabem que a bicicleta já é considerada um meio de transporte, ou desconhecem as leis que abrangem a bike. –, os termos “ainda” e “já” expressam ideias de:

- a) tempo.
- b) negação.
- c) lugar.
- d) causa.
- e) modo.

350. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Assinale a alternativa que apresenta um sinônimo para o termo destacado em – Bicicletas, triciclos e outras variações são todos considerados veículos, com direito de circulação pelas ruas e **prioridade** sobre os automotores:

- a) procedência
- b) prescrição
- c) requerimento
- d) primazia
- e) divergência

351. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) De acordo com o texto, o uso da bicicleta como meio de locomoção nas metrópoles brasileiras:

- a) é uma alternativa dispendiosa em comparação com os demais meios de transporte.
- b) tornou-se, rapidamente, um hábito cultivado pela maioria dos moradores.
- c) decresce em comparação com Holanda e Inglaterra devido à falta de regulamentação.
- d) tem sido rejeitado por consistir em uma atividade arriscada e pouco salutar.
- e) vem se intensificando paulatinamente e tem sido incentivado em várias cidades.

352. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Para a suspensão do direito de dirigir, por pontuação, será instaurado processo administrativo para aplicação da penalidade com seguinte fórmula:

- a) ao ultrapassar 20 pontos, o restante permanecerá em saldo para o período seguinte de 12 meses em outro processo.

- b) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos atingir 20 pontos no período de 18 meses.
- c) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos, no período de 12 meses, atingir 20.
- d) serão instaurados processos distintos quando a somatória dos pontos, no período de 18 meses, atingir 20.
- e) será instaurado um único processo quando a somatória dos pontos atingir 15 pontos no período de 12 meses.

353. (DETRAN-SP – AGENTE DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Aplicada a suspensão do direito de dirigir, no caso de reincidência no período de 12 meses, o prazo da nova penalidade é de:

- a) 6 meses a 2 anos.
- b) 6 meses a 1 ano.
- c) 1 a 2 anos.
- d) 3 meses a 1 ano.
- e) 3 meses a 2 anos.

354. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Os órgãos ou entidades do Sistema Nacional de Trânsito respondem por danos causados aos cidadãos, no âmbito de suas respectivas competências:

- a) subjetivamente, por ação, omissão ou erro na execução de suas ações.
- b) objetivamente, apenas por ação ou omissão em suas ações.
- c) subjetivamente, por ação ou omissão em suas ações.
- d) objetivamente, por ação, omissão ou erro na execução de suas ações.
- e) nem objetiva nem subjetivamente em suas ações.

355. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) As disposições do Código de Trânsito Brasileiro, nos termos do art. 3.º, são aplicáveis:

- a) aos veículos, proprietários e condutores nacionais, exceto os estrangeiros.
- b) apenas aos veículos e seus proprietários e a outras pessoas nele mencionadas.
- c) apenas aos veículos e seus condutores e a outras pessoas nele mencionadas.
- d) apenas aos proprietários e condutores de veículos.
- e) aos veículos, proprietários e condutores nacionais ou estrangeiros e a outras pessoas nele mencionadas.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN)

Sobre o Autor

Fernando Paternostro Zantedeschi

Graduado em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Direito, com pós-graduação em Direito Constitucional e Administrativo. Atuou na Advocacia-Geral da União (AGU). Atualmente é autor e revisor de obras jurídicas de concursos públicos e exame da OAB..

RESOLUÇÕES DO CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO (CONTRAN) E SUAS ALTERAÇÕES ATÉ A DATA DE PUBLICAÇÃO DO EDITAL: 04/1998; 14/1998; 18/1998; 168/2004; 254/2007; 277/2008; 292/2008; 300/2008; 303/2008; 304/2008; 349/2010; 357/2010; 358/2010; 360/2010; 432/2013; 453/2013; 466/2013; 541/2015; 561/2015; 619/2016; 623/2016; 670/2017 E 723/2018.

375. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Será reprovado na prova prática de direção veicular o candidato que cometer:

- a) falta eliminatória ou somar mais de 3 pontos negativos.
- b) duas faltas leves.
- c) falta cuja somatória ultrapasse 2 pontos negativos.
- d) falta cuja somatória ultrapasse 1 ponto negativo.
- e) falta grave.

376. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Será reprovado na prova prática de direção veicular o candidato que cometer:

- a) falta eliminatória ou somar mais de 3 pontos negativos.
- b) duas faltas leves.
- c) falta cuja somatória ultrapasse 2 pontos negativos.
- d) falta cuja somatória ultrapasse 1 ponto negativo.
- e) falta grave.

377. (NOVA – 2018) Considerando a Resolução nº 168/2004 do CONTRAN, no exame de Direção Veicular para veículo de quatro ou mais rodas são considerados quatro tipos de falta. Assinale a alternativa que informa respectivamente o que a citada lei considera Falta Eliminatória, Falta Grave, Falta média e Falta Leve.

- a) Perder o controle da direção do veículo em movimento; avançar a via preferencial; dar partida ao veículo com a engrenagem de tração ligada; usar buzina sem necessidade ou em local proibido.
- b) Avançar sobre o meio fio; perder o controle da direção do veículo em movimento; trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- c) Desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; exceder a velocidade regulamentada para a via; utilizar ou Interpretar incorretamente os instrumentos do painel do veículo; colocar o veículo em movimento, sem observar as cautelas necessárias.

- d) Perder o controle da direção para a via; desobedecer à sinalização da via, ou ao agente da autoridade de trânsito; apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento.
- e) Avançar sobre o meio fio; apoiar o pé no pedal da embreagem com o veículo engrenado e em movimento; trafegar em velocidade inadequada para as condições adversas do local, da circulação, do veículo e do clima; perder o controle da direção do veículo em movimento.

378. (NOVA – 2018) Segundo a Resolução 168/2004 do CONTRAN, o exame de direção veicular para veículos de duas rodas será realizado em área especialmente destinada para tal fim em pista com largura de 2m, e que deverá apresentar, dentre outros, os seguintes obstáculos:

- a) Ziguezague (slalom) com no mínimo seis cones alinhados com distância entre eles de 2,5m (dois metros e meio), e sonorizadores com régua de largura e espaçamento de 0,10m (dez centímetros), e altura de 0,025m (dois centímetros e cinco milímetros), na largura da pista e com 2,5m (dois metros e meio) de comprimento;
- b) Ziguezague (slalom) com no mínimo quatro cones alinhados com distância entre eles de 2,5m (dois metros e meio), e quatro curvas sequenciais de 90° (noventa graus) em "L" (ele);
- c) Prancha ou elevação com no mínimo oito metros de comprimento, com 30 cm (trinta centímetros) de largura e 3cm (três centímetros) de altura com entrada chanfrada, e duas curvas sequenciais de 90° (noventa graus) em "L"(ele);
- d) Prancha ou elevação com no mínimo dez metros de comprimento, com 50 cm (cinquenta centímetros) de largura e 3cm (três centímetros) de altura com entrada chanfrada, e quatro rotatórias circulares que permitam manobras em formato "8" (oito).
- e) prancha ou elevação com no mínimo oito metros de comprimento, com 30cm (trinta centímetros) de largura e 3cm (três centímetros) de altura com entrada chanfrada; uma curva de 90° (noventa graus) em "L" (ele), e uma rotatória circular que permita manobra em formato de 8 (oito).

379. (NOVA – 2018) Com base na Resolução nº 168/2004 do CONTRAN, o Exame de Aptidão Física e Mental será exigido, dentre outras hipóteses quando:

- a) da obtenção da ACC e da CNH, mas não da renovação
- b) da obtenção e renovação da ACC, mas não da CNH
- c) da substituição do documento de habilitação obtido em país estrangeiro e da obtenção da CNH, somente
- d) da obtenção da ACC, CNH e da substituição do documento de habilitação obtido em país estrangeiro
- e) da obtenção da CNH, apenas.

380. (NOVA – 2018) Considerando o texto legal da Resolução nº 168/2004 do CONTRAN, assinale a alternativa correta:

- a) Para o exame de direção veicular, deixar de colocar um pé no chão e outro no freio ao parar um veículo é menos gravoso do que colocar os pés no chão com o veículo em movimento.
- b) A aprendizagem e o Exame de Direção Veicular, para a obtenção da ACC, deverão ser realizados em qualquer veículo de três rodas classificado como ciclomotor.
- c) O Exame de Aptidão Física e Mental será exigido quando da obtenção do CNH, mas não para a ACC.
- d) Para a obtenção da ACC e da CNH o candidato não é obrigado a submeter-se a realização de exame de avaliação psicológica.
- e) O Exame de Aptidão Física e Mental será preliminar e renovável a cada dois anos.

381. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Para aferição da alcoolemia na caracterização da infração administrativa do art. 165 do CTB, a resolução CONTRAN nº 432/2013 estabelece os seguintes critérios:

- a) exame de sangue com qualquer concentração de álcool e sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- b) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue.
- c) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- d) exame de sangue com qualquer concentração de álcool ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- e) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,10 miligrama (0,10 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.

382. (DETRAN-SP – OFICIAL DE TRÂNSITO – VUNESP – 2013) Para aferição da alcoolemia na caracterização da infração administrativa do art. 165 do CTB, a resolução CONTRAN nº 432/2013 estabelece os seguintes critérios:

- a) exame de sangue com qualquer concentração de álcool e sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- b) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou exame de sangue com concentração igual ou superior a 6 decigramas (6 dg/L) de álcool por litro de sangue.

- c) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- d) exame de sangue com qualquer concentração de álcool ou teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,05 miligrama (0,05 mg/L) de álcool por litro de ar expirado ou sinais de alteração da capacidade psicomotora.
- e) teste do etilômetro com medição igual ou superior a 0,10 miligrama (0,10 mg/L) de álcool por litro de ar expirado mais sinais de alteração da capacidade psicomotora.

383. (NOVA – 2018) Segundo a Resolução nº 432/2013 do CONTRAN, assinale a alternativa correta:

- a) Os sinais de alteração da capacidade psicomotora poderão ser verificados por exame clínico com laudo conclusivo e firmado por qualquer profissional de medicina.
- b) Os sinais de alteração da capacidade psicomotora deverão ser descritos no auto de infração ou em termo específico que contenha as informações mínimas indicadas no Anexo II, o qual deverá acompanhar o auto de infração.
- c) O crime previsto no art. 306 do CTB pode ser caracterizado pelo teste de etilômetro com medição realizada igual ou superior a 0,44 miligrama de álcool por litro de ar alveolar expirado (0,44 mg/L)
- d) Os sinais de alteração da capacidade psicomotora não são caracterizados para apuração do crime previsto no art. 306 do CTB.
- e) Configurado o crime previsto no art. 306 do CTB, o condutor e testemunhas, se houver, serão encaminhados ao DETRAN mais próximo do local, para a cassação imediata de sua CNH.

384. (NOVA – 2018) Com base na Resolução nº 432/2013 do CONTRAN, assinale a alternativa correta:

- a) O documento de habilitação será recolhido pelo agente, mediante recibo, e ficará sob custódia do órgão ou entidade de trânsito responsável pela atuação até que o condutor comprove que está com a capacidade psicomotora alterada.
- b) O exame de sangue é utilizado para a confirmação na alteração da capacidade psicomotora em razão da influência de álcool, apenas.
- c) Há uma margem de tolerância para o resultado do exame etilômetro, que será o erro máximo admissível, conforme legislação metrológica.
- d) Para confirmação da alteração da capacidade psicomotora pelo agente da Autoridade de Trânsito, basta a constatação de apenas um sinal.
- e) O modelo do etilômetro pode ser aprovado por qualquer órgão da Polícia Judiciária.

GABARITO COMENTADO

1. "Pesquisas mostram que apenas a repetição automática pode até impedir que você entenda o que está expondo."
Pela leitura do trecho compreende-se que a repetição automática pode, inclusive, impedir que o relator entenda o que está expondo. Não é certeza, já que temos a presença do termo "pode".

GABARITO OFICIAL: D

2. O vocábulo "ingerimos" está empregado em sentido figurado (conotativo), equivalendo à assimilação.

GABARITO OFICIAL: B

3. Há escritores talentosos que se queixam dos tormentos e da angústia inerentes ao processo de criação. Não é o meu caso, escrever só me traz alegria.
"Inerentes" tem o sentido de "intrínsecos" = já fazem parte de.

GABARITO OFICIAL: A

4. Em "a", Consigo me concentrar apesar das vozes esgançadas = sentido denotativo (= De verdade!)
Em "b", aprendi a escrever em qualquer lugar em que haja espaço para sentar com o computador = sentido denotativo
Em "c", Seguindo o mesmo critério, publiquei outros livros = sentido denotativo
Em "d", Às cotoveladas, a literatura abriu espaço em minha agenda. (10.º parágrafo)
Em "e", Há escritores que precisam de silêncio, solidão e ambiente adequado para a prática do ofício = sentido denotativo
Dentre os itens, o que apresenta sentido conotativo (figurado) é "às cotoveladas, a literatura abriu espaço" na agenda do autor.

GABARITO OFICIAL: D

5. Em "a", a um lugar tumultuado, o que se comprova em: "há uma estação de chegada" = incorreta
Em "b", à chuva fina, o que se comprova em: "sua tabuleta ainda toda orvalhada" = incorreta
Em "c", a um relógio mecânico, o que se comprova em: "o relógio picota a passagem do tempo" = incorreta
Em "d", ao dia ensolarado, o que se comprova em: "AURORA!" = incorreta
Em "e", à morte, o que se comprova em: "Sonha a alma deitada no seu ataúde" = incorreta
Os versos fazem comparações do sono com uma viagem e com a morte = incorreta

GABARITO OFICIAL: E

6. Em "a", o princípio da noite = incorreta
Em "b", o momento de despertar.
Em "c", a hora mais silenciosa da noite = incorreta
Em "d", a quietude própria do sono = incorreta
Em "e", o ponto de partida da viagem = incorreta
Ao poema: há uma estação de chegada / (anunciam-na os galos agora) / Há uma estação chamada... / AURORA!
= a estação anunciada pelos galos é a aurora (hora de despertar).

GABARITO OFICIAL: B

7. Em "a", "É de uma pretensão sem tamanho, a vaidade elevada ao maior grau..." = sentido denotativo
Em "b", Porque é especial demais, elevada demais, dizem alguns = sentido denotativo
Em "c", É o caso do leitor citado, que completou seu comentário com esta pérola
Em "d", a ilusão de que toda pessoa alfabetizada domina a escrita = sentido denotativo
Em "e", aspecto que será cada vez mais delegado à inteligência artificial = sentido denotativo
Geralmente, ao se utilizar o termo "pérola" quando se refere a algo dito/escrito por alguém, há uma ironia quanto ao que foi pronunciado, pois – provavelmente – foi uma "gafe".

GABARITO OFICIAL: C

8. Correção (em negrito) item a item:
Em "a": posicioná-los / alcançá-los
Em "b": não a encontraremos / negligenciarmo-las
Em "c": especialistas dão-nas / como utilizá-la = correta
Em "d": superá-los / atingi-la
Em "e": não os acrescentem / elas as trazem

GABARITO OFICIAL: C

9. Vamos aos itens:
Em "a": Ele viu o jogo... // Ele o viu... = correta (o pronome pessoal atrai o pronome oblíquo)
Em "b": Basta comparar os tapes dos referidos gols. // Basta compará-los (comparar quem? "eles" = sem preposição)
Em "c": ... ele pega a bola... // ... ele a pega (sem preposição; "pega ela")
Em "d": ... desejo fazer uma grave denúncia... // ... desejo fazê-la (objeto direto)
Em "e": ... querem receber autorais... // ... querem recebê-los (ou os receber)

GABARITO OFICIAL: A

10. Em "a": quem considera o amor abstrato = quem o considera ("quem" atrai o pronome; no caso, objeto direto – sem preposição)